

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1052

O VERMELHO E O NEGRO: RAÇA E GÊNERO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA — UMA ANÁLISE DA SELETIVIDADE DAS CARREIRAS A PARTIR DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960 A 2000

**Kaizô Iwakami Beltrão
Moema De Poli Teixeira**

Rio de Janeiro, outubro de 2004

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1052

O VERMELHO E O NEGRO: RAÇA E GÊNERO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA — UMA ANÁLISE DA SELETIVIDADE DAS CARREIRAS A PARTIR DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960 A 2000

Kaizô Iwakami Beltrão*
Moema De Poli Teixeira**

Rio de Janeiro, outubro de 2004

* Da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

** Da Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guido Mantega

Secretário Executivo – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL I21

J15

J16

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Secretário Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 CONCEITOS 4

3 EVOLUÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES NO BRASIL 8

4 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR COR/RAÇA 11

5 ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO 14

6 PARTICIPAÇÃO POR SEXO E COR/RAÇA NAS DIFERENTES CARREIRAS 21

7 RELAÇÃO ENTRE REPRESENTATIVIDADES DE SEXO E COR/RAÇA 29

8 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES 35

ANEXO 37

BIBLIOGRAFIA 43

SINOPSE

Este trabalho acompanha a população de nível superior no Brasil desde o Censo de 1960 até o Censo de 2000, a partir das variáveis de sexo e cor, procurando identificar as tendências de crescimento na participação de mulheres e de pretos e pardos nas diferentes carreiras universitárias.

Estudos recentes têm apontado para a segmentação desse mercado universitário tanto para as mulheres [Bourdieu (1999)] quanto para os negros [Teixeira (1998), Queiroz (2000) e Guimarães e Prandi (2001)].

Este texto pretende verificar as duas tendências no tempo, buscando observar se elas seguem ou não um mesmo padrão de seleção social e hierarquização nos moldes dos determinantes socioeconômicos constatados por Ribeiro e Klein (1982) nos anos 1980.

O que se conclui é que sim, existe uma certa coincidência entre as trajetórias de acesso das mulheres e dos grupos de cor/raça socialmente menos privilegiados. Os caminhos que representam exceções para os homens pretos e pardos são os mesmos considerados por Julien Sorel na obra de Stendhal: *O vermelho* (carreira militar — Defesa Nacional) e *o negro* (carreira eclesiástica — Teologia).

ABSTRACT

The work follows the population with an undergraduate degree in Brazil since the 1960 Census until the year 2000. It also considers the variables sex and color/race, trying to identify the trends in the participation of women as well as Blacks and the Mixed-race population in the different university careers. Recent studies have noted a gender segmentation of the undergraduate market (Bourdieu, 1999) as well as a race segregation of the careers [Teixeira (1998), Queiroz (2000), Guimarães and Prandi (2001)]. This text intends to observe these two trends in time, checking if they present (or not) a common pattern of social selection and pecking order, similar to the socio-economic determinant pattern found by Ribeiro and Klein (1982) in the 1980s. The conclusion is that there is, to a certain extent, a coincidence among the paths of women and the less privileged racial/color groups in Brazil. The exceptions for Black and Mixed-race males are the same ones cogitated by Julien Sorel in Stendhal: *Le Rouge* (Red — a military career) and *le Noir* (Black — an ecclesiastic career).

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte dos estudos de Bourdieu e Passeron (1992), que procuraram desmistificar, a partir dos anos 1970, a democratização do ensino demonstrando, entre outras questões relativas à educação, que escolhas de carreira universitária possuem determinantes sociais.

O interesse por esse tema surgiu a partir da constatação de que tanto as mulheres quanto os negros estão presentes na universidade de forma desigual aos homens brancos no que se refere às carreiras. Tudo indica que estes últimos dominam as carreiras de mais alto prestígio e *status* social. Assim, pretendeu-se verificar até que ponto esse mercado universitário coloca mulheres e negros em patamares próximos de escolha e possibilidades.

Embora Bourdieu faça referência em seus estudos mais especificamente à questão de gênero no livro *A dominação masculina*, ele também menciona que os negros, tanto como as mulheres quanto ao sexo, trazem na cor da pele o estigma que afeta negativamente tudo o que são ou fazem [Bourdieu (1999, p. 111)]:

“Por um lado, qualquer que seja a sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas.”

E complementa, afirmando quanto à questão racial (1999, p. 8):

“Essa relação extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele.”

Bourdieu identifica, ainda, o que denomina *carreiras femininas*, numa listagem de 335 carreiras segundo a percentagem de seus membros, que são mulheres, que conduziriam a profissões cujo eixo principal seria o cuidado de crianças (professora primária), de doenças (enfermagem e nutrição), de casas (empregadas domésticas) e de pessoas (secretárias, recepcionistas). Seriam três os eixos principais que orientariam, segundo sua análise, as escolhas das mulheres: as funções que lhes conviriam seriam aquelas que sugerem o prolongamento das funções domésticas — ensino, cuidado e serviços, uma vez que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e, por último, ao homem deve caber o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas (1999, p. 113).

Recentemente no país, teses universitárias [Teixeira (1998) e Queiroz (2000)] de censos de estudantes de terceiro grau realizados em algumas universidades brasileiras (UFBA, USP, Uerj, UFF, UFMT, Unicamp) têm constatado que a presença negra na universidade, além de reduzida, é desigual e restrita a algumas áreas de menor

prestígio e de mais fácil ingresso nos exames vestibulares, como Serviço Social, Pedagogia, Biblioteconomia e Arquivologia.

O objetivo principal deste estudo é fazer um paralelo entre esses dois campos de análise da seleção universitária — o de gênero e o de cor/raça, identificando em que sentido e dimensões os dois campos ou questões se cruzam ou se identificam no tempo e no espaço.

1.1 TESTANDO HIPÓTESES

Partindo dos estudos que mostram que pretos e pardos se inserem preferencialmente em carreiras de menor *status* e prestígio social, a primeira questão a ser discutida seria a escala de prestígio em que a asserção está baseada. Como estabelecer essa hierarquia? Via salários? Via relação candidatos/vagas? Via pesquisa qualitativa/quantitativa realizada especificamente para esse fim? Via oferta de posições? Via quantidade de executivos com a formação específica?

Estamos sugerindo que essa discussão comece testando uma hipótese básica inspirada nos estudos de Bourdieu, ou seja, se é verdade que (como alega Bourdieu) as profissões mais femininas têm um valor de mercado (e social) mais baixo; uma escolha “natural” para os grupos menos privilegiados seria o de acesso (por exemplo, a um curso superior) às carreiras menos masculinas.

A opção por trabalhar com a área de formação de terceiro grau considera o imaginário coletivo das possibilidades abertas para todos os grupos de cor/raça ainda no campo das aspirações individuais, embora existam fatores limitadores dessas possibilidades atuando dentro das escolas, influenciando nessas escolhas pessoais de carreira. Estudos já realizados sobre os exames vestibulares verificaram que o processo de seleção ao ensino superior está fortemente condicionado pela estrutura social, o que torna a entrada na universidade uma seleção de pré-selecionados [Ribeiro e Klein (1982)]. Cunha diz textualmente que: “Uma das funções da educação superior é a discriminação social através da seleção/diplomação visando à reprodução das hierarquias sociais.” Segundo Ribeiro e Klein (1982, p. 33):

“... as carreiras e instituições de maior prestígio selecionam candidatos cada vez mais homogêneos em termos socioeconômicos, ao passo que os candidatos de carreira e instituições de menor prestígio se distanciam cada vez mais das características dos primeiros. O vestibular, atualmente (anos 80), realiza sua seleção, na realidade, em duas etapas. A primeira, pode ser identificada como pré-seleção (escolha da carreira por ocasião da inscrição no vestibular). Numa segunda etapa, os exames do vestibular realizam uma seleção já dentro de um universo pré-selecionado.”

Mais recentemente, Limongi *et alii* (2002) apresentam dados do vestibular da USP, referentes à probabilidade de sucesso e notas médias, que corroboram a idéia do hiato socioeconômico, seja considerando-se o grupo de cor/raça, a renda familiar ou mesmo o sexo. Depreende-se também desses dados que grupos socialmente menos afluentes apresentam maior diferença dos grupos mais afluentes nas carreiras mais competitivas. Por exemplo, as notas e as taxas de sucesso dos brancos são maiores nos diferentes cursos pretendidos do que as correspondentes dos pretos e pardos e com um maior hiato entre os candidatos de Medicina do que entre os de Letras. Situação

semelhante é encontrada quando se comparam homens e mulheres, e grupos de renda selecionados.

Como já observado, vamos trabalhar com a área de formação de terceiro grau já que a escolha individual de curso e carreira diz respeito à auto-imagem e à percepção pessoal de que caminhos e alternativas lhes são oferecidos. Se enfocássemos as profissões exercidas existiriam níveis de seleção próprios da dinâmica do mercado de trabalho atuando nas relações dos diferentes grupos de cor/raça que incluiriam outro nível de complexidade no resultado.

Optamos por considerar como indicador da participação relativa por sexo, a razão de masculinidade, igual ao quociente da população masculina e feminina (para uma dada carreira), e como indicador da participação relativa por grupo de cor/raça o quociente da fração de indivíduos do grupo específico de cor/raça na carreira em questão e da fração de indivíduos do grupo específico de cor/raça em todas as carreiras de nível superior.

Utilizamos os dados dos Censos Demográficos de 1960, 1980, 1991 e 2000. O Censo de 1970 não levantou a variável cor/raça e o Censo de 2000 levantou a informação de uma outra forma, subestimando os indivíduos que terminaram o curso superior, na medida em que somente os indivíduos fora da escola responderam ao quesito “4.35 — qual a espécie do curso mais elevado concluído”, ou seja, ficaram de fora do levantamento não só os indivíduos inscritos em cursos de mestrado ou doutorado, mas também aqueles cursando uma segunda graduação.¹ Consideramos cinco grupos de cor/raça como levantado nos censos brasileiros, a saber: brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. A desagregação de “indígenas” só está disponível nos dois últimos censos estudados.

Este texto está dividido em oito seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 discute os conceitos de cor/raça, os ligados a instrução/educação e a carreiras universitárias, como foram coletadas nos diferentes censos utilizados aqui. A Seção 3 faz um breve histórico da evolução dos cursos superiores no Brasil. Na Seção 4, para contextualizar a situação dos diferentes grupos de cor/raça no Brasil, apresenta-se a distribuição através dos censos da população assim desagregada. A Seção 5 mostra um resumo da situação dos diferentes grupos de cor/raça diante das duas últimas etapas do ensino formal: o segundo e o terceiro graus. A Seção 6 apresenta a participação desses diferentes grupos nas carreiras, primeiro por sexo e depois por grupos de cor/raça. A Seção 7 apresenta as informações coletadas e as análises correspondentes. Na Seção 8 são apresentados os comentários e as conclusões. Para cotejar as informações disponibilizadas nos gráficos, apresentamos no Anexo a listagem de carreiras como levantadas nos Censos de 1960 a 2000, bem como a razão de sexo para cada carreira e as proporções de indivíduos de cada grupo de cor/raça.

1. O erro estimado para a proporção de indivíduos nesta situação não é pequeno para certos grupos etários mais jovens, mas assumimos que não deveria afetar as proporções de homens/mulheres e dos diferentes grupos de cor/raça.

2 CONCEITOS

2.1 COR/RAÇA

Já no Censo de 1872 investigaram-se atributos referentes a cor ou raça² da população. Embora o quesito pesquisado fosse “cor”, usava-se o termo “caboclo” como opção de cor junto a branco, preto e pardo, o que vinha a demonstrar uma certa ambigüidade entre os conceitos de cor e de raça. Na categoria caboclos estaria incluída, sem distinção de tribo, toda a população indígena do país. Ainda que a categoria de pardos englobasse nominalmente todos os mestiços, a ênfase era a da mestiçagem de brancos com negros. Já em 1890, a cor parda foi substituída pela categoria “mestiço”, indicação mais genérica, que incluía também os diversos resultados de fusão com a raça indígena. Nos censos seguintes, nenhum quesito sobre cor ou raça foi pesquisado e somente em 1940 é reincluído no questionário censitário. “No Censo de 1940, a classificação segundo a cor resultou das respostas ao quesito proposto, dadas de acordo com a seguinte forma de declaração preceituada nas instruções: “responda-se *preta, branca, amarela*, sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta”. Daí resultou a classificação da população em três grandes grupos étnicos — *pretos, brancos e amarelos* — e a constituição de um grupo genérico sob a designação de *pardos*, para os que registraram declarações outras como “caboclo”, “mulato”, “moreno” etc., ou se limitaram ao lançamento do traço. Somente nos casos de completa omissão da resposta foi atribuída a designação “cor não declarada”. Quase todas as tabulações agregaram a “cor não declarada” com os “pardos” atendendo ao pequeno número dos que constituíam o primeiro desses grupos e “... ainda que a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem” [IBGE (1940)].

Note-se que com o aumento da imigração a categoria amarela foi incluída entre as respostas possíveis. Não parecia haver uma instrução explícita sobre a quem deveria caber a responsabilidade da resposta: se deveria ser uma autodeclaração ou se o recenseador faria a classificação. Já no “... Censo de 1950, a declaração foi deixada à discrição do recenseado, emprestando, assim, maior precisão aos resultados censitários”, como explicitado na publicação [IBGE (1950)]. Nesse sentido, no que diz respeito à raça, o Censo de 1950 manteve a estrutura do censo anterior, e a população foi distribuída em quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e pardos; e este último grupo incluiu os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, etc. Na introdução ao censo, é feita a ressalva de que a população aborígine (sic) não foi totalmente levantada. “Informações indiretas e imparciais foram obtidas, no entanto, por intermédio das declarações alusivas à cor e à língua falada.” No Censo de 1960, a população, tal como no censo anterior, foi dividida em brancos, pretos, amarelos e pardos. Os índios continuaram a ser incluídos neste último grupo. O Censo de 1960 inovou em duas frentes: primeiro definiu uma amostra com um questionário maior, no qual o quesito cor estava incluído; segundo, precodificou o quesito de cor que anteriormente era preenchido por extenso pelo recenseador. No Censo de 1970 não foi levantada a cor da população brasileira. No entanto, para efeito comparativo, os

2. Ainda que entendamos que o conceito pode ter variado no tempo.

dados relativos a esse período serão apresentados para o total da população. No Censo de 1980, a população continuou a ser classificada em branca, preta, amarela e parda (mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza etc.). Foi somente a partir do Censo de 1991 que a população indígena passou a ser mais uma vez enumerada separadamente da parda. Passam, então, a ser possíveis as seguintes respostas em relação à cor ou raça: branca, preta, amarela, parda (mulata, mestiça, cabocla, mameluca, cafuza etc.) e indígena, classificação que se aplica tanto aos que vivem em aldeamento como aos que vivem fora. De acordo com o *Manual do Recenseador* de 2000, enquadram-se na classificação de raça amarela as pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana etc. O *Manual do Recenseador* do Censo de 1991, no que se refere à cor ou raça amarela, é mais explícito, adicionando a expressão “e seus descendentes” à especificação anterior.

É importante mencionar que os dados sobre as cores/raças dos indivíduos, a partir do Censo de 1960, só são coletados nos questionários aplicados a uma amostra populacional. Esse quesito não está presente no questionário básico, e os dados apresentados neste texto são o resultado da expansão da amostra.³

2.2 INSTRUÇÃO/EDUCAÇÃO

O Brasil tem uma longa tradição de levantamentos censitários com informações sobre instrução/educação, ainda que os quesitos e os enfoques tenham variado um pouco no tempo. O Censo de 1872 apresenta como indicadores de instrução/educação a alfabetização e a frequência escolar das crianças de 6 a 15 anos. O Censo de 1890 inclui estudante como uma das profissões possíveis e, dessa forma, sem um quesito específico sobre frequência escolar consegue levantar a informação agregada. Privilegia, porém, a informação sobre nível superior quando “... investiga, em separado, a designação do título ou diploma científico, literário ou artístico” [Oliveira (2003)]. O Censo de 1920 no quesito de “instrução” levanta a informação de alfabetização e no quesito “profissão” inclui a possibilidade da categoria de “estudantes” e “aprendizes”.

“Embora o Censo Demográfico represente apenas uma fonte ocasional de informações sobre a difusão e eficácia da instrução, o campo de pesquisa, no levantamento censitário de 1940, foi sensivelmente ampliado, constando dos questionários sete quesitos que visaram a verificar o estado e, em parte, as perspectivas da instrução do povo brasileiro” [IBGE (1950)]. Além da informação de alfabetização, para a população entre 5 e 40 anos foi verificada a frequência escolar e para a população com 10 anos e mais, o grau de instrução alcançado, inclusive com a informação da espécie do curso completo ou diploma possuído.

O Censo de 1950 voltou a levantar a informação sobre alfabetização e “nos moldes propostos pelo Comitê do Censo das Américas, pesquisou-se o nível educacional, mediante o levantamento do número de pessoas que estavam freqüentando ou haviam freqüentado algum curso, especificando-se o grau do ensino e a última série em que obtiveram aprovação”. Na época, a não-uniformização da duração dos cursos afetou de alguma forma os resultados. Esse censo perguntou

3. Essa amostra foi de 25% nos censos anteriores a 1991. A partir de 1991 a fração amostral foi variável, dependendo do tamanho do município, 10% para municípios com mais de 15 mil habitantes e 20% para os demais.

também o grau do último curso concluído. No Censo de 1940, essa informação foi inferida a partir do quesito de freqüência à escola. O Censo de 1960 levantou as mesmas informações, diferindo apenas no detalhamento dos cursos.

TABELA 1

BRASIL: INFORMAÇÕES REFERENTES A INSTRUÇÃO/EDUCAÇÃO COLETADAS NOS CENSOS

Informação	Anos										
	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Alfabetização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Freqüência à escola	X	X			X	X	X	X	X	X	X
Curso freqüentado						X	X	X	X	X	X
Grau de instrução					X	X	X	X	X	X	X
Curso concluído		X				X	X	X	X	X	X

Fonte: Hakkert (1996) e IBGE (2000).

O Censo de 1980 considerou “... como freqüência à escola não só o atendimento a cursos regulares, mas também a pré-escolar, alfabetização de adultos, supletivo (freqüentando escola ou através de rádio ou TV), vestibular, mestrado ou doutorado, mesmo que a pessoa já houvesse concluído um curso e estivesse freqüentando outro do mesmo grau ou de grau inferior” [IBGE (1980)]. O Censo de 1991 repetiu o procedimento do censo anterior. O Censo de 2000 modificou a ordenação dos quesitos e só perguntou sobre o curso mais alto concluído aos indivíduos que não freqüentavam escola. Para os que freqüentavam, supôs-se que este seria o curso mais alto. Isso pode ter acarretado uma não-comparabilidade estrita dos dados dos demais censos com o de 2000 e um decréscimo na mensuração nos níveis educacionais no último censo.

Alguns censos publicaram também informações sobre anos de estudo. Esta, porém, foi uma variável secundária, baseada nas estatísticas de último grau e curso concluído.

2.3 CARREIRAS

Os censos do período levantaram a informação do grau e da espécie do curso completo de nível mais elevado. Aqui vamos nos restringir aos cursos de nível superior (ver Anexo). No Censo de 1960 os “... cursos superiores são apresentados em subgrupos correspondentes aos seguintes cursos: *Ciências* — bacharelado e didática de: Geografia e História; História Natural; Matemática; Física, Química e Desenho; *Tecnologia* — Engenharia, Química Industrial, Agronomia e Arquitetura; *Medicina e Serviços Sanitários*: Medicina, Veterinária, Odontologia, Farmácia e Serviços Sanitários; *Direito e Economia* — Direito e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais; *Letras e Belas-artes* — Letras Clássicas, Neolatinas e Anglogermânicas e Belas-artes; e *Outros Cursos*.” Assumindo que estes são os cursos principais oferecidos no país, já se nota agrupamentos em torno de distinções de gênero e mesmo a apresentação já tem uma conotação hierárquica das áreas.

Em 1980, o mesmo quesito foi levantado. As instruções não listam os tipos de cursos e áreas que só podem ser reconhecidos a partir das tabulações disponibilizadas.

O ensino superior é desagregado em (usando a mesma ordenação da tabulação): *Ciências Biológicas e da Saúde* — Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia e outros; *Ciências Exatas e Tecnológicas* — Arquitetura e Urbanismo, Ciências, Ciências da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Química Industrial, outras engenharias (não-classificadas ou mal definidas), Estatística, Física, Geologia, Matemática, Química, outros (exclusive Engenharia); *Ciências Agrárias* — Agronomia, Medicina Veterinária, outros; *Ciências Humanas e Sociais* — Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Atuariais, Ciências Econômicas, Ciências e Estudos Sociais, Comunicação Social, Direito, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Teologia, outros; *Letras e Artes* — Letras, Artes; *Defesa Nacional* — Militar; outros cursos de grau superior.

Em 1991, as composições do grau e da espécie de curso completo de nível mais elevado listam para o curso superior [IBGE (1991)]: *Ciências Biológicas e da Saúde* — Biologia (inclui Biomedicina, Biologia, Ciências Biológicas e afins), Educação Física (inclui técnico de desportos), Enfermagem, Farmácia (inclui Farmácia Bioquímica e afins), Medicina, Odontologia, outros (inclui Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional); *Ciências Exatas e Tecnológicas* — Arquitetura e Urbanismo, Ciências, Ciências da Computação (inclui Processamento de Dados, Análise, Engenharia de Sistemas, Informática e afins), Engenharia Civil (inclui Engenharia de Edificações, Pontes e Estradas, Pavimentação etc.), Engenharia Elétrica e Eletrônica (inclui Eletrotécnica, Telecomunicações, Comunicações etc.), Engenharia Mecânica (inclui Engenharia Naval, Aeronáutica, Metalúrgica, Mecânica de Automóveis etc.), Engenharia Química e Química Industrial (inclui Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Alimentos, Engenharia Petroquímica etc.), outras engenharias (não classificadas ou mal definidas); Estatística, Física, Geologia, Matemática, Química, outros (exclusive Engenharia); *Ciências Agrárias* — Agronomia (inclui Ciências Agrícolas, Engenharia Agrícola e Engenharia Florestal), Medicina Veterinária, outros (inclui Agrimensura, Engenharia de Pesca, Zootecnia, Fitotecnia etc.); *Ciências Humanas e Sociais* — Administração (inclui Secretariado, Administração de Empresas, Administração Pública etc.), Biblioteconomia (inclui Arquivologia), Ciências Contábeis e Atuariais, Ciências Econômicas, Ciências e Estudos Sociais (inclui Sociologia, Ciências Políticas e Sociais, Antropologia etc.), Comunicação Social (inclui Editoração, Jornalismo, Rádio e Televisão, Publicidade, Turismo etc.), Direito (inclui Relações Internacionais), Filosofia, Geografia, História, Pedagogia (inclui Administração Escolar, Educação Especial, Orientação Educacional, Formação de Professores etc.), Psicologia, Serviço Social, Teologia, outros (inclui Museologia, Arqueologia etc.); *Letras e Artes* — Letras (inclui Tradutor, Intérprete, Lingüística), Artes (inclui Cinema, Comunicação Visual, Dança; Desenho, História da Arte, Música, Teatro, etc.); *Defesa Nacional* — Militar; outros cursos de grau superior.

Em 2000 o censo usou, para a tabulação divulgada [IBGE (2000)], uma desagregação completamente diferente para as áreas gerais e específicas de formação: *Educação* — Formação de Professores e Ciências da Educação; *Arte, Humanidades e Letras* — Artes, Humanidades e Letras; *Ciências Sociais, Administração e Direito* — Ciências Sociais e Comportamentais, Comunicação, Jornalismo e Informação,

Comércio e Administração, Direito; *Ciências, Matemática e Computação* — Ciências da Vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística, Computação; Engenharia, Produção e Construção — Engenharia e Profissões Correlatas, Produção e Processamento, Arquitetura e Construção; *Agricultura e Veterinária* — Agricultura, Silvicultura e Recursos Pesqueiros, Veterinária; *Saúde e Bem-Estar Social* — Saúde, Serviço Social; *Serviços* — Serviços Pessoais, Serviços de Transporte, Preservação Ambiental, Serviços de Segurança; *Área de formação mal definida*. No entanto, a lista de cursos superiores concluídos (ver Anexo) se diferencia da lista de 1991, principalmente pela inclusão de novas categorias referentes a mestrado e doutorado.

3 EVOLUÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES NO BRASIL

Segundo Soares (2002) o ensino superior brasileiro pode ser dividido em cinco etapas:

a) Século XIX — Ao contrário das colônias da coroa espanhola, nas colônias portuguesas a educação superior não foi uma prioridade. As elites eram educadas em Portugal mesmo (Coimbra) em um plano de unificação cultural do império português dentro de um espírito de “contra-reforma”. Só com a chegada da família real e a ascensão do Brasil à qualidade de Reino Unido a Portugal e Algarves é que os primeiros cursos são criados. O curso de Medicina, em Salvador, e mais tarde, com a vinda da família real para o Rio na nova capital, foi o primeiro. Depois foram criados cursos de Direito em Olinda e em São Paulo e a Escola de Minas em Ouro Preto. As primeiras faculdades brasileiras (Medicina, Direito e Politécnica) eram instituições isoladas, com orientação profissionalizante no modelo francês, localizadas em grandes centros.

b) A República Velha (1889-1930) — Só em 1920, perto das comemorações do centenário da independência do Brasil, foi criada a primeira universidade no país. Parte do atraso se deve a concepções positivistas dos militares que proclamaram a república, que consideravam a universidade uma instituição ultrapassada e inapropriada para um jovem país.

c) A Nova República (1930-1964) — No Governo do Presidente Vargas foi criado o Ministério de Educação e Saúde e aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras. O estatuto definia que as universidades poderiam ser públicas, de qualquer das três esferas, ou privadas, e deveriam oferecer ao menos três dos seis cursos considerados principais à época: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. A ênfase na faculdade de Educação visava à formação de educadores para o nível médio, prioridade do então ministro. As três universidades criadas no curto período que se seguiu expressavam os diferentes pontos de vista dos educadores, políticos e líderes religiosos da época: Anísio Teixeira, como educador, criou a Universidade do Distrito Federal voltada à cultura e à pesquisa, que foi extinta quatro anos depois por falta de apoio político; Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde no período autoritário do Estado Novo, criou a Universidade do Brasil, que deveria servir como paradigma de todas as universidades do país; e os jesuítas, seguindo as diretrizes do primeiro Congresso Católico de Educação, realizado em 1934, que pretendia reintroduzir os princípios morais da religião cristã nas elites brasileiras, criaram a primeira universidade católica em 1946. São Paulo, como parte

de um ambicioso projeto político de retomada do poder, cria, em 1934, a Universidade de São Paulo. Inovou na organização, fazendo da Faculdade de Filosofia, criada a partir da agregação de faculdades tradicionais e independentes, o eixo central das atividades de ensino e pesquisa. Mesmo contando com um corpo docente altamente qualificado e uma ampla oferta de cursos, a elite paulista continuou fiel aos cursos tradicionais: Medicina, Engenharia e Direito. Nos anos 1940, a ampliação do ensino de nível médio e a entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo no magistério, facilitaram a frequência feminina nos cursos oferecidos pelas faculdades de Filosofia. Essas faculdades, freqüentemente, não passavam de um aglomerado de cursos desconexos para formação de professores e sem nenhum compromisso com a pesquisa. No período populista (1945/1964) ocorreu um processo de integração do ensino superior: surgimento de novas universidades, federalização de grande parte delas e uma concentração do alunado nessas instituições (65%). A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1961, reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior e fortaleceu a centralização. A transferência da capital para Brasília criou a necessidade de uma nova universidade. A Universidade de Brasília fundamentou-se não mais em cátedras, mas em departamentos, com maior flexibilidade e uma proposta de integração dos cursos oferecidos, por oposição à simples justaposição que acontecia nas outras universidades criadas a partir de aglutinação de diferentes centros de ensino.

d) Os governos militares e a expansão da pesquisa (1964-1985) — No período militar, em um período de insulamento burocrático onde as decisões eram tomadas pelos técnicos, as universidades passaram a ser objeto de um maior controle pelo governo federal. A Lei da Reforma Universitária criou, entre outras coisas, os departamentos com chefias rotativas, o sistema de créditos, o vestibular classificatório (antes era eliminatório), os cursos de curta duração, o ciclo básico, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva. Fortalecendo o vínculo entre o ensino e a pesquisa, a reforma valorizou a titulação e a produção científica, abrindo caminho para uma profissionalização maior do corpo docente e para o ensino de pós-graduação no país. A demanda por vagas não consegue pressionar o setor público e abre um nicho de mercado para a expansão do ensino privado, principalmente nas periferias das metrópoles e cidades de porte médio dos estados mais desenvolvidos. Em 1980, 86% dos universitários estavam em faculdades privadas.

e) Redemocratização política (de 1985 até hoje) — A constituinte foi palco para acirrada disputa de grupos contra e a favor da alocação de verbas públicas exclusivamente para instituições públicas. A Constituição determinou um mínimo de 18% da receita de impostos da União para o ensino, a gratuidade do ensino público e reiterou a vinculação entre ensino superior e pesquisa. Em 1996, em substituição à antiga LDB de 1961, a de número 4.024, foi promulgada a Lei 9.394. Essa lei estabeleceu os níveis escolares, as modalidades de educação e ensino, instituiu a avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, ampliou a consignação da verba para educação de estados, municípios e do Distrito Federal para 25%, entre outros. Legislação posterior definiu as atribuições e graus de autonomia dos diferentes tipos de instituição de ensino superior (IES), indo desde a

autonomia mais completa de criação de vagas para docentes e cursos para as universidades até a mais restrita para IES.

3.1 A MULHER E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL⁴

A reversão do hiato de gênero na educação é uma conquista feminina recente na história do Brasil. Durante o período colonial as mulheres brasileiras foram simplesmente excluídas da parca educação formal existente no país. Foi apenas a partir da primeira metade do século XIX que começaram a surgir as primeiras instituições destinadas, especificamente, à educação feminina, em um quadro de ensino dual, com claras especializações de gênero. Ao sexo feminino coube, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido para o fortalecimento dos papéis de mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX. A tônica permanecia na agulha, não na caneta. A primeira escola foi criada em Niterói, no ano de 1835, seguida pela da Bahia, em 1836. Mas as escolas normais permaneceram em número pequeno e insignificante em matrículas, até os últimos anos do Império [Hahner (1981)].

Se o sexo feminino tinha dificuldades de acesso ao ensino elementar, a educação superior era eminentemente masculina, ficando as mulheres excluídas dos primeiros cursos de Medicina (1808), Engenharia (1810) e Direito surgidos no país. O decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior data de 1881. Todavia, os estudos secundários eram caros e essencialmente masculinos. Os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades. A primeira mulher a obter o título de médica no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887. O importante a notar é que, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, a exclusão feminina dos cursos secundários inviabilizou a entrada das mulheres nos cursos superiores. Assim, a dualidade e a segmentação de gênero estiveram, desde sempre, presentes na gênese do sistema educacional brasileiro, e as mulheres tinham menores taxas de alfabetização e acesso restrito nos graus mais elevados de instrução [Romaneli (2001)].

As mulheres brasileiras aumentaram a entrada no ensino secundário e superior apenas no início do século XX, ainda assim em proporção muito menor do que os homens. Dados sobre o número de inscritos por sexo nos ensinos secundário e superior entre 1907 e 1912 [IBGE (2003)] mostram que apenas 25% do total de estudantes dos cursos secundários eram mulheres e, nos cursos superiores, não mais do que 1,5%.

Não podemos esquecer que foi só com a LDB, promulgada em 1961, equiparando os cursos de nível médio (normal, clássico e científico), que as mulheres que tinham seguido o curso normal (até então um curso terminal) puderam concorrer nos vestibulares às carreiras de ensino superior.

Trigo (1994) diz que:

⁴ O início desta seção faz parte de uma discussão mais extensa sobre a questão de gênero e educação em Beltrão e Alves (2004).

“ainda que só depois dos anos 60 tenha surgido com maior expressão a figura da mulher profissional exercendo carreiras liberais ou acadêmicas, fruto de uma formação universitária, mudanças no universo das relações de gênero e no imaginário familiar com respeito ao lugar social da mulher já podem ser percebidas desde a década de 30 com a criação da USP e da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fato determinante para o acesso das mulheres aos estudos superiores”.

Lewin (1977) já alertava que a abertura do ensino superior às mulheres de alguma forma manteve uma segregação nas escolhas possíveis entre as carreiras ditas masculinas e as femininas. Além disso, exemplificando com a carreira de Psicologia o ocorrido com os cursos de nível superior, descreve um período de expansão da oferta de vagas, principalmente na iniciativa privada e preenchidas preferencialmente por mulheres. Cumpre notar que a essas novas vagas estava associada uma impressão de mais baixa qualidade de ensino do que nas universidades públicas ou nas preexistentes universidades católicas. Rosemberg (1983) levanta a hipótese de que carreiras femininas como a Psicologia permitiriam maior flexibilidade de escolhas posteriores pela sua não-tecnicalidade, adequando-se à condição feminina como difundido nas normas socialmente aceitas.

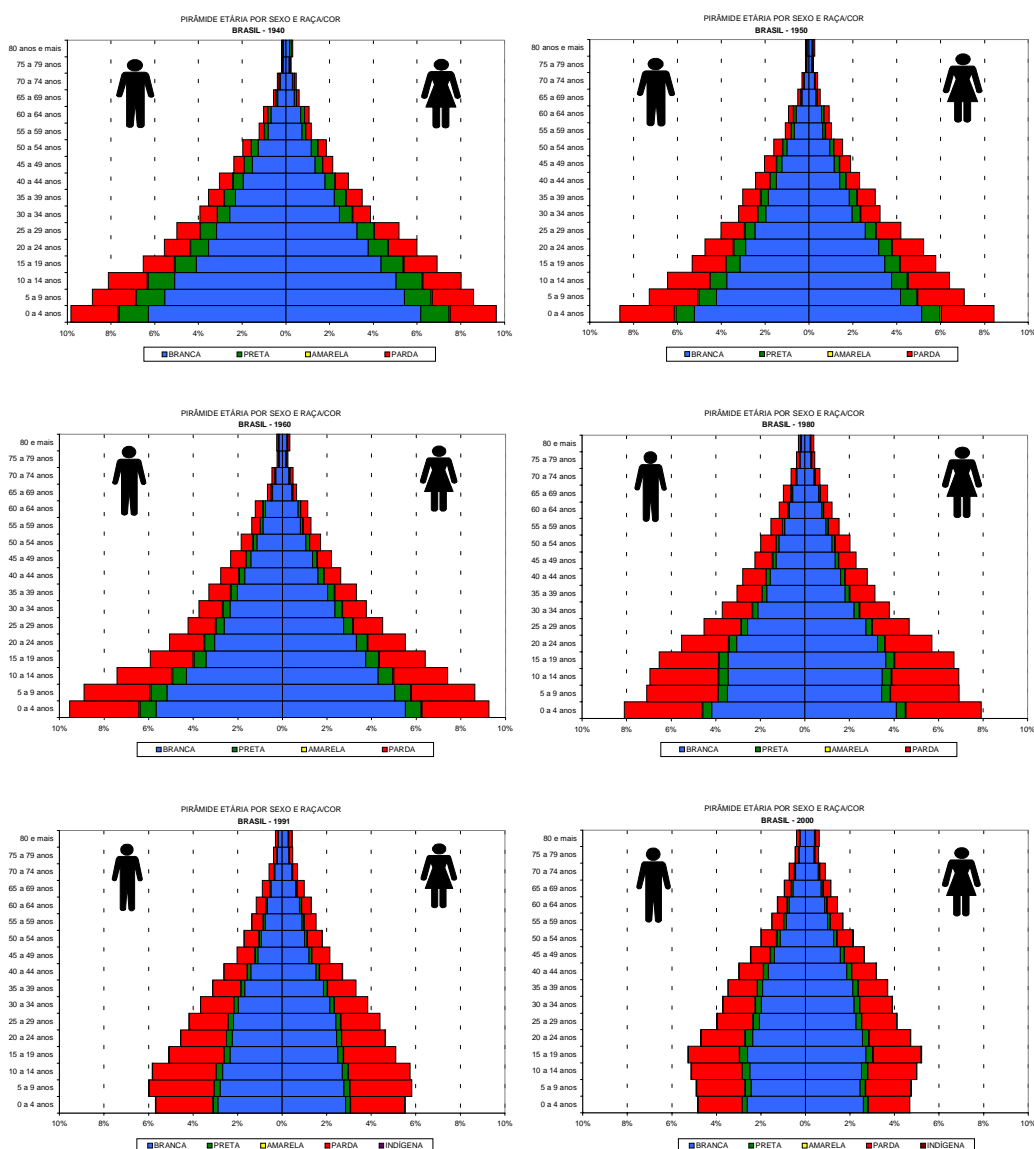
Foi apenas a partir de meados dos anos 1980, com o processo de redemocratização do país, as políticas públicas voltadas para a universalização da educação básica e o continuado aumento da oferta de vagas com a expansão das universidades privadas, que as mulheres conseguiram inverter o hiato de gênero na educação em todos os níveis. “Elas souberam aproveitar as oportunidades criadas pelas transformações estruturais e institucionais ocorridas no país” [Beltrão e Alves (2004)].

Rosemberg (2001), analisando dados do MEC/Inep de matrícula na educação profissional constata a persistência de uma segmentação das carreiras semelhante ao já apontado por Lewin (1977): “mulheres tendem a seguir cursos propedêuticos e homens, cursos profissionais.” Entretanto, ao analisar os dados do ENC (que não inclui nem a totalidade dos graduandos nem a dos cursos) conclui por uma feminização de certas carreiras anteriormente de predominância masculina.

4 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR COR/RAÇA

O Gráfico 1 apresenta as distribuições por cor ou raça, sexo e grupo etário para a população brasileira nos anos censitários desde 1940. Como se pode ver na seqüência desses gráficos e na Tabela 2, a população brasileira como um todo apresentou queda na fecundidade (notável pela constrição da base das pirâmides etárias) e aumento da longevidade (notável pelo alargamento do pico das pirâmides).

GRÁFICO 1
BRASIL: PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA E GRÁFICOS DA RAZÃO DE SEXO POR
COR/RAÇA — 1940-2000



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA — CENSOS SELECIONADOS

	Branca	Preta	Amarela	Parda ^a	Indígena	Sem declaração
1940	63,58	14,66	0,59	21,32	-	-
1950	65,08	10,36	0,59	23,98	-	0,01
1960	59,70	8,37	0,66	31,27	-	0,08
1970	-	-	-	-	-	-
1980	54,91	6,09	0,60	38,40	-	0,58
1991	51,83	5,16	0,46	42,36	0,19	0,35
2000	53,95	6,19	0,45	38,32	0,43	0,66

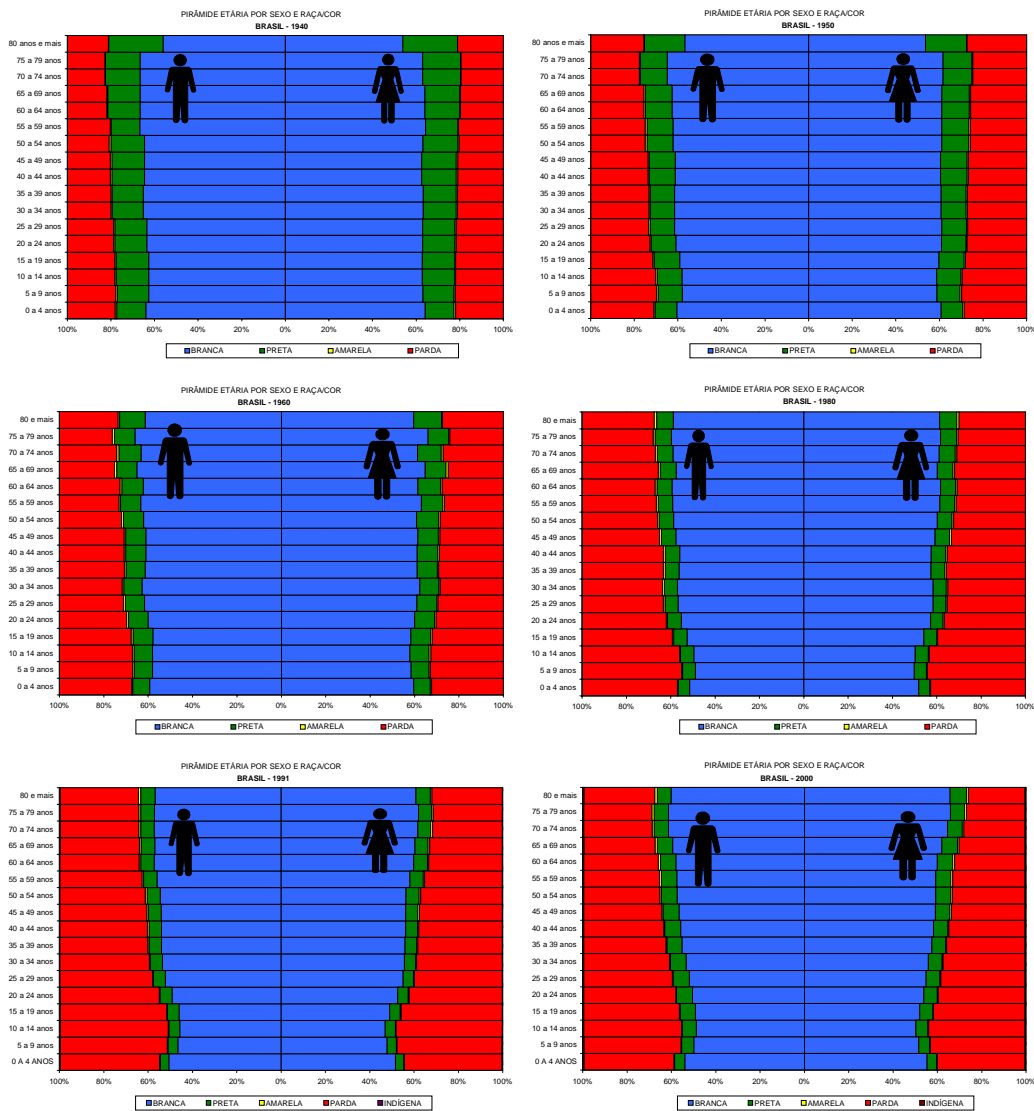
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

^a Até 1980, inclusive, a população parda incluía a população indígena.

Quanto à distribuição por cor/raça, é possível ter havido um processo contínuo de miscigenação, já que as proporções de indivíduos brancos, pretos e amarelos diminuíram no período e para idades mais baixas, ao passo que a de indivíduos pardos aumentou (ver Gráfico 2). A população que se declara parda em 1991 parece ligeiramente discrepante quando comparada aos censos contíguos. No Censo de 2000 nota-se uma reversão na tendência com um crescimento relativo dos indivíduos declarando-se pretos ou amarelos em detrimento dos pardos.

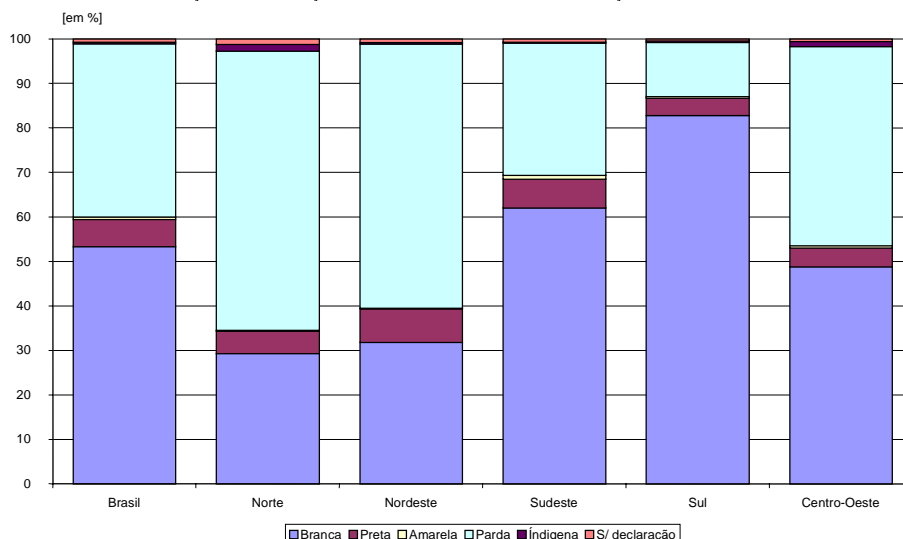
Essa distribuição não é em nada homogênea geograficamente (ver Gráfico 3). A região Sul apresenta a maior proporção de brancos e a região Norte a menor, seguida de perto da região Nordeste. O Nordeste apresenta a maior proporção de pretos e o Sul, a menor. O Sudeste apresenta a maior proporção de amarelos e o Nordeste, a menor. Como a oferta de cursos também não é uniforme regionalmente, isso significa que os diferentes contingentes de cor/raça podem ter acesso a conjuntos diferenciados de oferta de cursos.

GRÁFICO 2
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA SEGUNDO COR/RAÇA POR SEXO E GRUPO ETÁRIO — 1940-2000



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

GRÁFICO 3
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES POR COR/RAÇA — 2000



5 ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO

Sabe-se que o acesso a instrução/educação dos diferentes grupos de cor/raça é diferenciado mesmo no nível mais básico, o da alfabetização [ver Beltrão e Novellino (2002)]. Estes autores também apontam para uma entrada mais tardia na escola dos pretos e pardos e com menor probabilidade de sucesso. Esse hiato vai aumentando nos níveis mais elevados de ensino. Ainda que nossa análise seja sobre carreiras de nível superior, para contextualizar a situação dos diferentes grupos, optamos por apresentar uma breve descrição dos dados do segundo e terceiro graus. Os dados do segundo grau podem ser entendidos como a demanda potencial para os cursos universitários (terceiro grau).

5.1 NÍVEL MÉDIO

A Tabela 3 apresenta a proporção de homens de dez anos e mais com o segundo grau completo por grupo de cor/raça nos censos do período em análise. Ainda que se note uma sensível melhora com o passar dos anos, as diferenças são patentes quando se comparam os grupos de cor/raça. Nota-se uma clara ordenação entre os valores, consistente entre os diferentes anos analisados: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas, com os dois primeiros grupos apresentando valores acima da média nacional e os demais, abaixo. O hiato que parece se fechar numa velocidade maior diz respeito aos pretos e pardos. Em 1960, os homens pardos apresentavam uma proporção de concluintes do segundo grau três vezes maior do que os homens pretos. Em 2000 a diferença é muito pequena entre os dois grupos. A diferença entre brancos e pretos também apresenta uma grande redução, indo de 20 vezes em 1960 para cinco vezes em 1980, duas vezes e meia em 1991 e um pouco menos de duas vezes em 2000. Quanto aos números correspondentes aos amarelos, os valores de 1960 parecem estar em conflito tanto com as informações tabuladas à época, nomeadamente a de alfabetização que apresenta valores maiores para esse grupo do que para os brancos [Beltrão e Novellino (2002)], quanto com as informações obtidas a partir da amostra para o nível superior (ver Subseção 5.2) e para as mulheres neste mesmo nível.

TABELA 3
POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS COM SEGUNDO GRAU POR COR/RAÇA E ANO CENSITÁRIO — HOMENS
 [em %]

	1960	1980	1991	2000
Branços	2,60	8,43	12,65	17,86
Pretos	0,11	1,84	5,06	9,01
Amarelos	1,43 ^a	20,44	24,62	27,24
Pardos	0,35	2,79	5,87	9,39
Indígenas			2,50	7,77
Total	1,70	5,95	9,39	13,94

^a As informações referentes a 1960 foram obtidas a partir de uma combinação de amostras, a de 25% para a maioria das UFs e uma de 1% para as demais, tais como RJ e GB. Sendo assim, os valores para as populações mais rarefeitas podem ter um maior grau de imprecisão.

A Tabela 4 apresenta para as mulheres os mesmos valores que a Tabela 3 apresentou para o sexo masculino. Os comentários são, basicamente, semelhantes no que diz respeito ao hiato de cor/raça, ao incremento da cobertura no período e à ordenação dos diferentes grupos. Para as mulheres amarelas, porém, o movimento foi de um primeiro distanciamento da média nacional entre 1960 e 1980 para depois uma aproximação nos anos seguintes: em 1960 a proporção era 1,5 vez maior do que a média nacional; subiu para 2,8 em 1980 e caiu nos censos seguintes para, respectivamente, 2,2 e 1,6.

TABELA 4
POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS COM SEGUNDO GRAU POR COR/RAÇA E ANO CENSITÁRIO — MULHERES
 [em %]

	1960	1980	1991	2000
Branços	2,30	9,53	14,28	20,26
Pretos	0,12	2,03	5,87	11,11
Amarelos	2,22	19,40	24,60	26,62
Pardos	0,29	3,33	7,31	12,09
Indígenas			2,90	8,54
Total	1,51	6,86	11,06	16,65

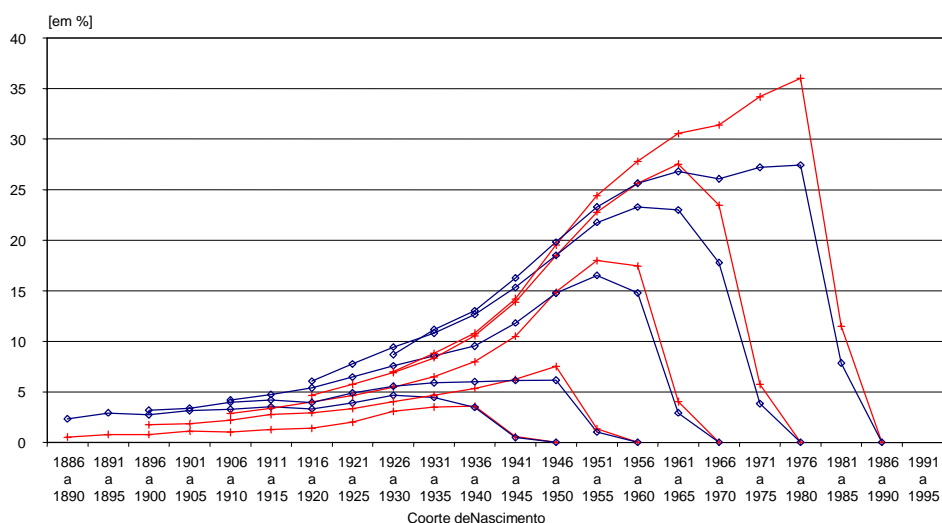
A Tabela 5 apresenta a razão de sexo da proporção de indivíduos de dez anos e mais com o segundo grau completo por grupo de cor/raça nos censos pesquisados. O que se nota é um progresso mais rápido das mulheres *vis-à-vis* os homens nesse nível educacional, na verdade em todos os níveis educacionais [ver Beltrão (2003)]. Os grupos de cor/raça economicamente mais afluentes apresentam, em geral, razões de sexo mais elevadas (brancos e amarelos), indicando um menor hiato de gênero nesses grupos. Os amarelos apresentam mesmo uma razão de sexo maior do que a unidade em 2000.

Trabalhar com taxas brutas considerando a população acima de uma certa idade mascara diferenças que existem entre as coortes de nascimento. O Gráfico 4 apresenta a proporção de indivíduos com o ensino médio concluído por sexo e coorte de nascimento. É, basicamente, uma desagregação das mesmas informações disponibilizadas nas linhas de total nas Tabelas 3 e 4.

TABELA 5
POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS COM SEGUNDO GRAU POR COR/RAÇA E ANO CENSITÁRIO — RAZÃO DE SEXO

	1960	1980	1991	2000
Branços	1,127	0,884	0,886	0,882
Pretos	0,927	0,908	0,863	0,811
Amarelos	0,646	1,053	1,001	1,023
Pardos	1,208	0,839	0,803	0,777
Indígenas			0,862	0,910
Total	1,124	0,868	0,848	0,837

GRÁFICO 4
BRASIL: PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS COM O ENSINO MÉDIO COMPLETO BRASIL — HOMENS E MULHERES — 1960/80/81/2000 — POR COORTE DE NASCIMENTO

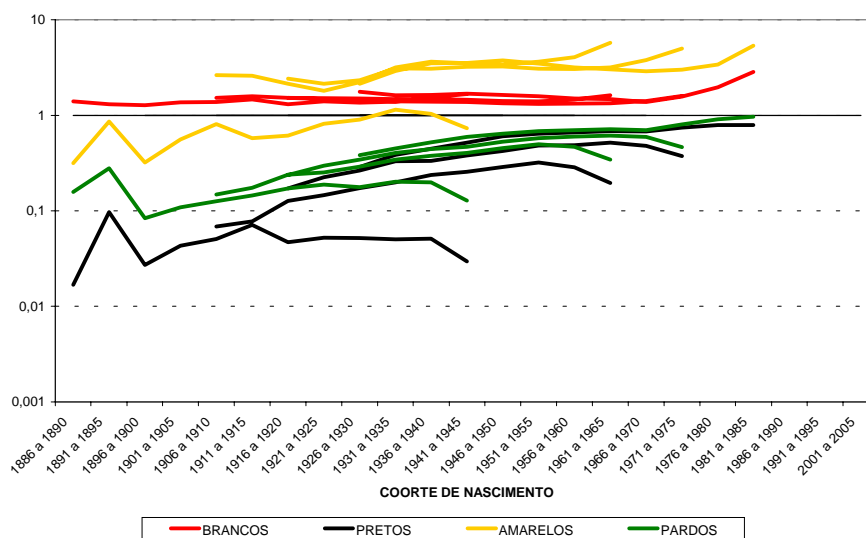


No censo mais recente a coorte nascida entre 1976 e 1980 apresenta a maior proporção de sucesso com 35% das mulheres e 27% dos homens tendo completado esse grau de ensino. Nota-se uma inversão no hiato de gênero: para as coortes mais velhas, a proporção de homens que terminam o nível médio é sempre maior do que a de mulheres, o oposto ocorrendo para as coortes mais jovens.

O Gráfico 5 apresenta a razão das proporções de indivíduos que terminaram o ensino médio por grupo de cor/raça e a média do Brasil. As maiores proporções de cobertura são alcançadas pela população amarela — 75% e 73%, respectivamente para mulheres e homens, (ver Tabela 6). Percebe-se uma ordenação entre os grupos, consistente por sexo: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. Essa ordenação não ocorre tão-somente com o valor máximo, mas também acompanha todas as coortes de nascimento. Note-se que os máximos alcançados de proporção de indivíduos terminando esse nível de estudo são sempre maiores entre as mulheres, independentemente do grupo de cor/raça considerado. A inversão do hiato de gênero ocorre também para todos os grupos de cor/raça — informação não-dedutível dos gráficos disponibilizados [ver Beltrão (2004)].

GRÁFICO 5

RAZÃO DA PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE COMPLETARAM O CURSO DE SEGUNDO GRAU POR GRUPO DE RAÇA/COR E A POPULAÇÃO COMO UM TODO - HOMENS - BRASIL



RAZÃO DA PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE COMPLETARAM O CURSO DE SEGUNDO GRAU POR GRUPO DE RAÇA/COR E A POPULAÇÃO COMO UM TODO - MULHERES - BRASIL

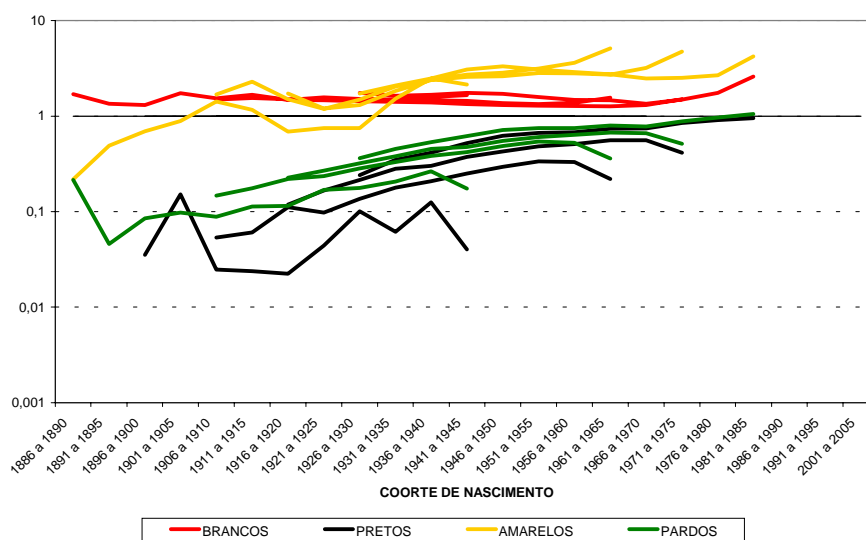


TABELA 6

VALOR MÁXIMO DE TODAS AS COORTES DA TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO POR SEXO E GRUPO DE COR/RAÇA

Grupo de cor/raça	Homens	Mulheres
Branco	37,4	45,4
Pretos	16,8	23,9
Pardos	18,2	25,4
Amarelos	72,9	75,1
Indígenas	14,9	16,4
Total	27,4	36,0

A Tabela 6 apresenta o valor modal alcançado pelos diferentes grupos de cor/raça, ou seja, a maior taxa de conclusão do ensino médio de uma coorte. A vantagem de trabalhar com o valor modal por oposição a uma taxa bruta, como a das tabelas anteriores, é que a moda independe da distribuição etária. O que se nota é que o valor alcançado pelas mulheres é consistentemente maior para todos os grupos de cor/raça e o hiato de gênero é maior para pretos e pardos.

5.2 NÍVEL SUPERIOR

Semelhante à Tabela 3, que apresentou a proporção de homens de dez anos e mais com o segundo grau completo por grupo de cor/raça nos censos do período em análise, a Tabela 7 apresenta as informações para o nível superior. Também nesse nível educacional nota-se a ordenação entre os valores, consistente entre os diferentes anos analisados: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas, e os dois primeiros grupos apresentam valores acima da média nacional e os demais, abaixo. O hiato de pretos e pardos também parece estar se fechando. Por outro lado, os amarelos parecem estar se distanciando da média nacional. Os ganhos dos pretos, amarelos e pardos foram bem maiores do que os dos brancos.

TABELA 7
POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS COM NÍVEL SUPERIOR POR COR/RAÇA E ANO CENSITÁRIO — HOMENS
[em %]

	1960	1980	1991	2000
Branco	1,38	3,84	6,03	6,57
Pretos	0,03	0,27	0,93	1,24
Amarelos	0,55	10,55	18,89	21,11
Pardos	0,11	0,54	1,15	1,29
Indígenas			0,78	1,37
Total	0,87	2,41	3,72	4,19

A Tabela 8 apresenta as estatísticas correspondentes às mulheres. Notam-se as mesmas discrepâncias, a mesma ordenação e ganhos maiores para pretas, amarelas e pardas.

TABELA 8
POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS COM NÍVEL SUPERIOR POR COR/RAÇA E ANO CENSITÁRIO — MULHERES
[em %]

	1960	1980	1991	2000
Branco	0,22	2,52	5,25	6,60
Pretos	0,01	0,23	0,96	1,58
Amarelos	0,19	6,61	14,79	18,33
Pardos	0,02	0,43	1,16	1,55
Indígenas			0,73	1,40
Total	0,14	1,64	3,42	4,46

A Tabela 9 mostra a razão de sexo das proporções apresentadas nas duas tabelas anteriores. O hiato de gênero em 1960 era muito maior do que o do curso de segundo grau. Em 2000 temos comportamentos diferenciados por cor/raça. Amarelos não inverteram o hiato de gênero, como não haviam invertido o do segundo grau. Brancos inverteram o hiato de gênero, mas os valores são bem perto da unidade. Pretos, pardos e indígenas inverteram o hiato e as mulheres estão se distanciando.

TABELA 9
POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS COM NÍVEL SUPERIOR POR COR/RAÇA E ANO CENSITÁRIO – RAZÃO DE SEXO

	1960	1980	1991	2000
Branco	6,320	1,524	1,149	0,996
Pretos	4,417	1,163	0,976	0,789
Amarelos	2,980	1,597	1,277	1,152
Pardos	6,120	1,276	0,987	0,833
Indígenas			1,072	0,977
Total	6,248	1,470	1,090	0,939

A proporção de indivíduos que terminam o ensino médio e continuam os estudos não é muito grande. Dentre estes, os que terminam o curso universitário é ainda menor. Para pretos e pardos, cerca de 16% dos indivíduos que terminam o ensino médio terminam também o ensino superior. Para brancos e amarelos essa proporção é bem mais significativa, alcançando valores de, respectivamente, 37% e 51%. O Gráfico 6 apresenta a proporção de indivíduos com o curso superior concluído por sexo e coorte de nascimento. No censo mais recente a coorte nascida na década de 1950 apresenta a maior proporção de sucesso, com 8,5% das mulheres e 8,6% dos homens tendo completado o ensino superior. Nota-se também nesse nível de ensino a inversão no hiato de gênero observada para o nível médio e que ocorre em paralelo com os diferentes grupos de cor/raça: para as coortes mais velhas a proporção de homens que terminam esse nível é sempre maior do que a de mulheres e o oposto ocorre para as coortes nascidas no passado mais recente.

O Gráfico 7 apresenta a razão das proporções de indivíduos que terminaram o ensino superior por grupo de cor/raça e a média do Brasil. Novamente, as maiores proporções de cobertura são alcançadas pela população amarela — 37% para mulheres e homens (ver Tabela 10). Aqui também, percebe-se a mesma ordenação entre os grupos, consistente por sexo: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. Como ocorrido para o nível médio, essa ordenação não acontece tão-somente com o valor máximo, mas também acompanha todas as coortes de nascimento. A inversão do hiato de gênero que ocorre para todos os grupos de cor/raça não chega a alcançar os valores modais para a população como um todo e para alguns grupos.

GRÁFICO 6
BRASIL: PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS COM CURSO UNIVERSITÁRIO COMPLETO
(HOMENS E MULHERES) POR COORTE DE NASCIMENTO — 1960/1980/1991/2000

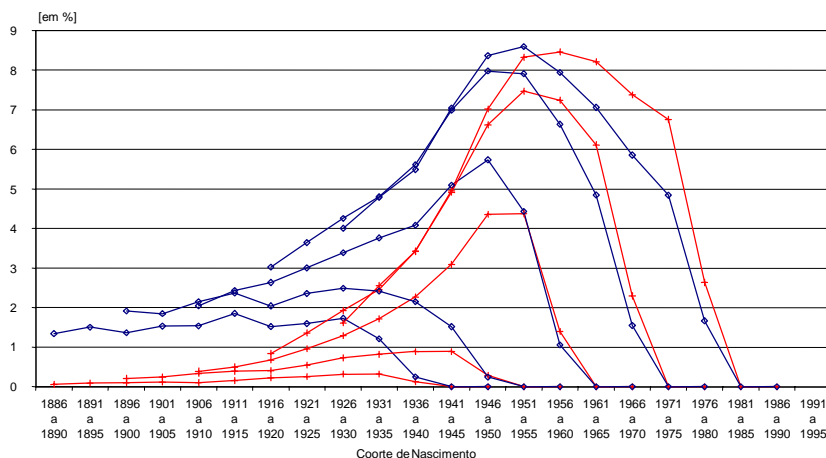
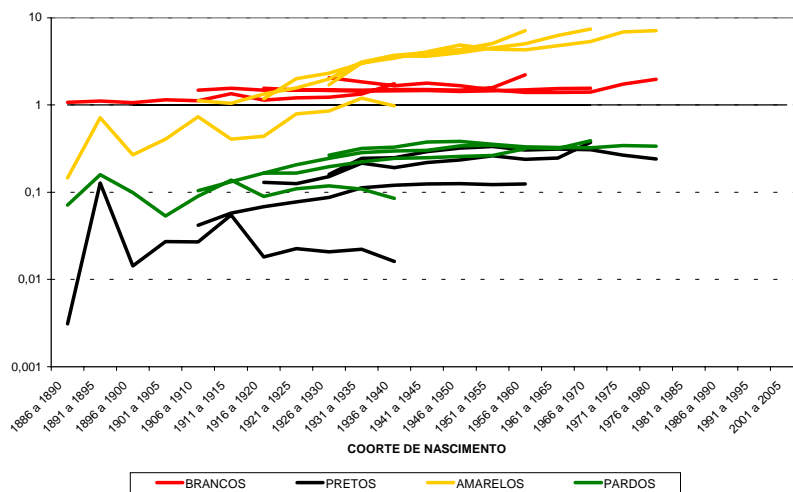


GRÁFICO 7

RAZÃO DA PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE COMPLETARAM O CURSO SUPERIOR POR
GRUPO DE RAÇA/COR E A POPULAÇÃO COMO UM TODO - HOMENS - BRASIL



RAZÃO DA PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE COMPLETARAM O CURSO SUPERIOR POR
GRUPO DE RAÇA/COR E A POPULAÇÃO COMO UM TODO - MULHERES - BRASIL

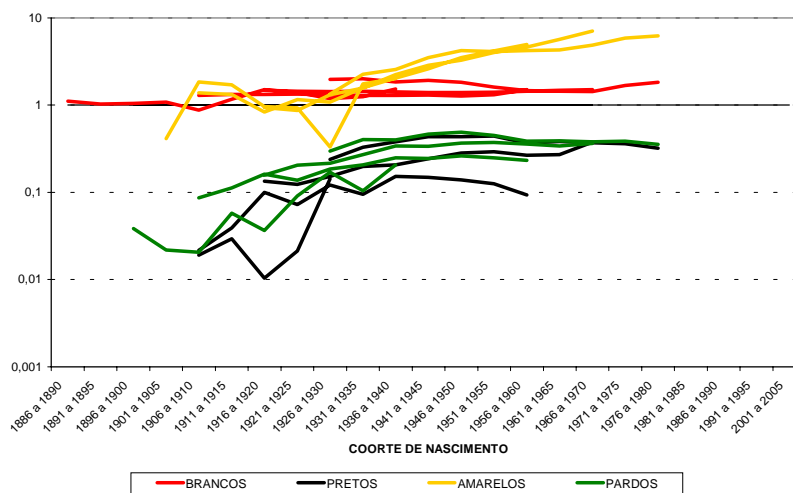


TABELA 10
**VALOR MÁXIMO DE TODAS AS COORTES DA TAXA DE CONCLUSÃO DO NÍVEL SUPERIOR POR SEXO E GRUPO DE
 COR/RAÇA**
 [em %]

Grupo de cor/raça	Homens	Mulheres
Branços	12,6	12,0
Pretos	2,8	3,2
Pardos	3,0	3,2
Amarelos	37,1	36,8
Indígenas	3,9	3,5
Total	8,6	8,5

Como já mencionado, o valor modal alcançado pelos homens é ligeiramente maior do que o das mulheres para a população como um todo. Esse comportamento se reproduz em três dos grupos de cor/raça: brancos, amarelos e indígenas (ver Tabela 10). Os homens pretos e pardos apresentam valores modais inferiores aos das mulheres de mesma cor/raça. As diferenças entre os valores modais de conclusão de um curso universitário são maiores do que para o curso de segundo grau. Uma possibilidade é que o processo de reversão do hiato esteja avançando mais rapidamente nos grupos pretos e pardos, os quais, apresentando uma menor proporção de indivíduos tendo completado níveis de ensino formal, permitem um maior avanço.

No entanto, esse avanço não ocorre uniformemente em todas as carreiras. Como observado na introdução, existem carreiras que são preferencialmente “escolhidas” por mulheres. O mesmo acontece com os diferentes grupos de cor/raça: existem escolhas diferenciadas. Esse tema será desenvolvido na próxima seção.

6 PARTICIPAÇÃO POR SEXO E COR/RAÇA NAS DIFERENTES CARREIRAS

Para podermos melhor descrever a participação por sexo e cor/raça nas diferentes carreiras definimos algumas estatísticas, a saber: razão de sexo e a razão (padronizada) de cor/raça nas carreiras. A razão de sexo, $rs_{i,t}$, para a carreira i no instante t , é calculada como:

$$rs_{i,t} = \frac{\text{homens}_{i,t}}{\text{mulheres}_{i,t}}$$

onde $\text{homens}_{i,t}$ é a população masculina de nível superior da carreira i no instante t e de cor/raça r ; e $\text{mulheres}_{i,t}$ é a população feminina de nível superior da carreira i no instante t e de cor/raça r . A ausência de um dos índices indica o somatório naquele índice. Por exemplo, a população masculina em uma dada carreira i pode ser calculada como a soma de todas as populações masculinas de cada cor/raça na carreira:

$$\text{homens}_{i,t} = \sum_r \text{homens}_{i,t,r}$$

A razão padronizada de indivíduos de cor/raça r na carreira i é definida como a razão da proporção de indivíduos daquele grupo de cor/raça na carreira i e no total das carreiras, ou seja:

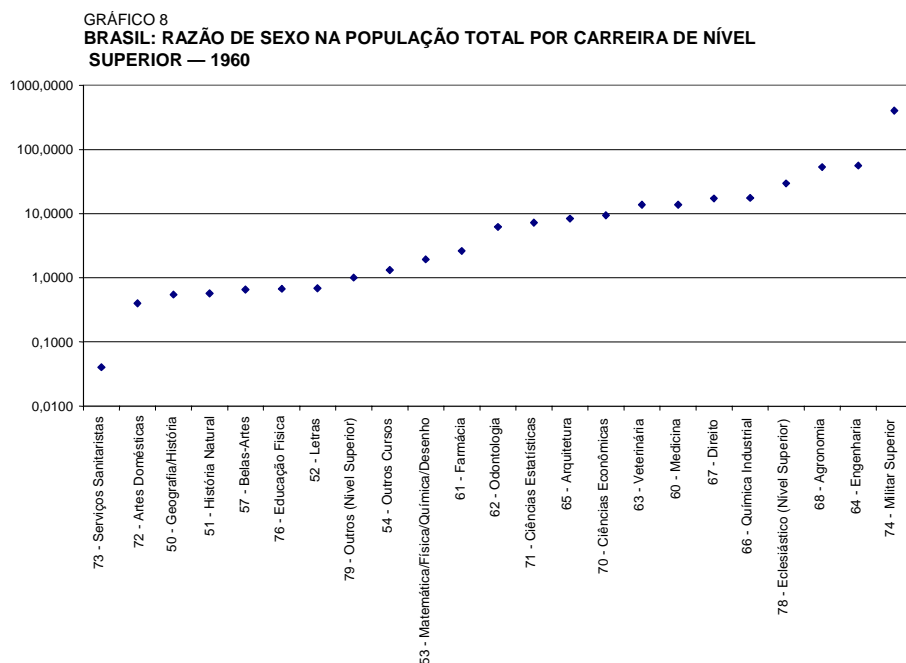
$$rp_{i,t} = \frac{\left(\frac{\text{homens}_{i,t,r} + \text{mulheres}_{i,t,r}}{\text{homens}_{i,t,\cdot} + \text{mulheres}_{i,t,\cdot}} \right)}{\left(\frac{\text{homens}_{\cdot,t,r} + \text{mulheres}_{\cdot,t,r}}{\text{homens}_{\cdot,t,\cdot} + \text{mulheres}_{\cdot,t,\cdot}} \right)}$$

Para uma dada carreira, i , o numerador da razão padronizada é exatamente a proporção de indivíduos do grupo de cor/raça na carreira em questão.

O índice r referente aos grupos de cor/raça já foi discutido na seção sobre conceitos. O índice i referente aos cursos (carreiras) está listado para cada ano censitário no Anexo.

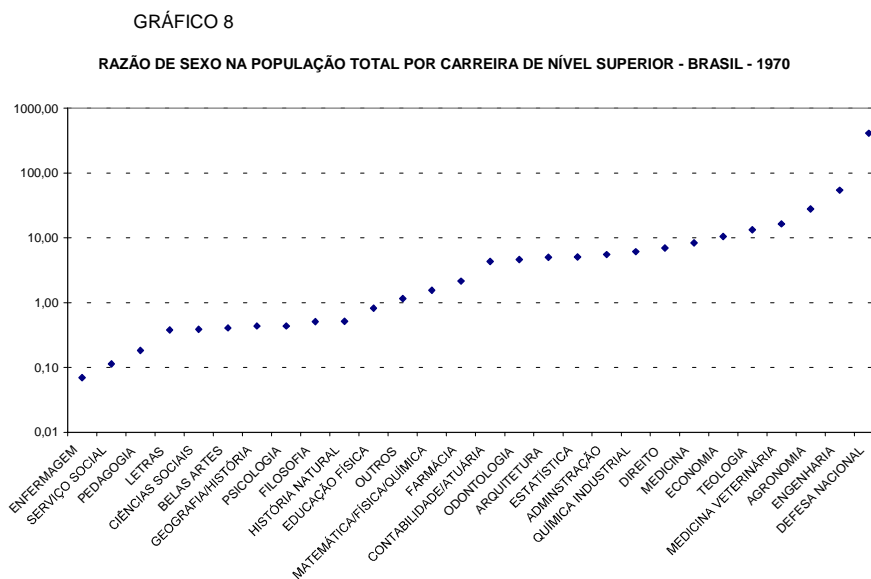
6.1 PARTICIPAÇÃO POR SEXO NAS DIFERENTES CARREIRAS

O Gráfico 8 apresenta, ordenadas pela razão de sexo, as carreiras levantadas no Censo de 1960 (ver Anexo para os números). Nessa data, os cursos superiores ainda têm, no geral, uma predominância masculina, um elenco de carreiras bem restrito e uma baixa prevalência de indivíduos tendo completado esse nível de ensino. Os cursos com maior proporção de mulheres são apenas os de Serviços Sanitaristas, Artes Domésticas, Geografia e História, História Natural, Belas-artes, Educação Física e Letras. No extremo mais masculino temos cursos como Militar (superior), Engenharia, Agronomia e Eclesiástico.



Em 1970 as carreiras são desagregadas de uma outra forma e a oferta de cursos se amplia (ver Anexo), aumentando a lista de cursos com predominância feminina (ver Gráfico 9), como por exemplo: Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais, Psicologia e Filosofia. No entanto, ainda existe uma predominância

masculina na maioria dos cursos. Ainda que sob outro nome, a lista das carreiras mais masculinas é bem semelhante, com a introdução de Medicina Veterinária em quarto lugar e o deslocamento de Teologia para quinto.



Em 1980, o rol de carreiras em oferta continua a ser ampliado, mas a maioria dos cursos continua com predominância masculina, ainda que tenha ocorrido um avanço na feminização dos cursos: a cada censo é maior a proporção de mulheres com nível superior e em quase todas as carreiras (ver Gráfico 10 para as carreiras com proporcionalmente mais mulheres e Gráfico 11 para aquelas com mais homens). Em 1960 32% das carreiras levantadas no censo apresentavam uma população feminina maior. Em 1970, essa proporção chega a 39%. Em 1980, 43% das carreiras apresentam uma predominância feminina. A ordenação em 1980 modifica-se ligeiramente com a maior predominância de mulheres no curso de Serviço Social, seguido de um novo curso, o de Biblioteconomia, tomando o lugar anterior da Enfermagem, que passa a terceira posição. Destacamos também a mudança no lugar ocupado pelo curso de Filosofia que se desloca para a direita no gráfico, não porque tenha aumentado a proporção de homens na carreira, mas sim pela inclusão de mais carreiras com maior proporção de mulheres. Matemática e Farmácia, que em 1970 apresentavam uma primazia masculina, ainda que muito perto da situação de equilíbrio, em 1980 invertem essa situação com, proporcionalmente, um maior contingente feminino.

A ampliação da oferta de carreiras também introduz novas possibilidades de inserção preferencialmente masculinas, como Topografia e Agrimensura. O desdobramento de Engenharia em subtipos como elétrica, e a introdução do nível de mestrado/doutorado no levantamento censitário caminham na mesma direção, aumentando os cursos masculinos. Dos 11 cursos de pós-graduação *stricto sensu* identificados no censo, apenas três são mais femininos: Educação, Artes e Biblioteconomia. É interessante observar que os cursos de mestrado, em geral, apresentam uma proporção maior de homens do que o bacharelado correspondente.

GRÁFICO 10

RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR (CARREIRAS COM MAIS MULHERES)- BRASIL - 1980

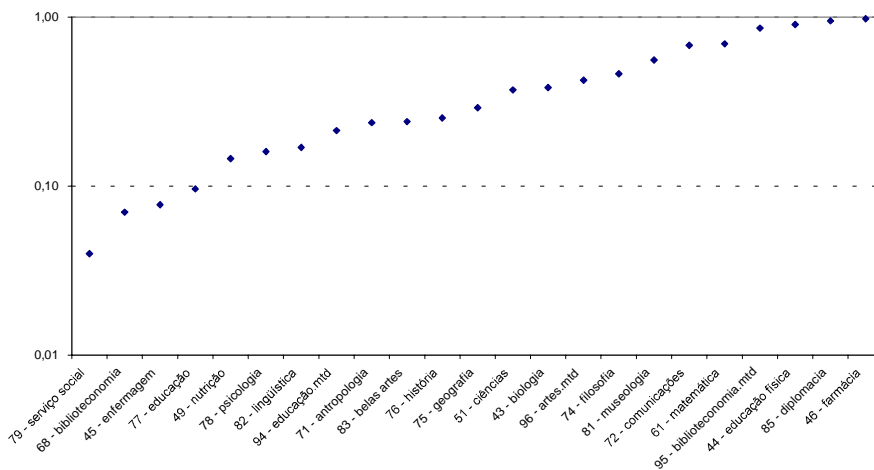
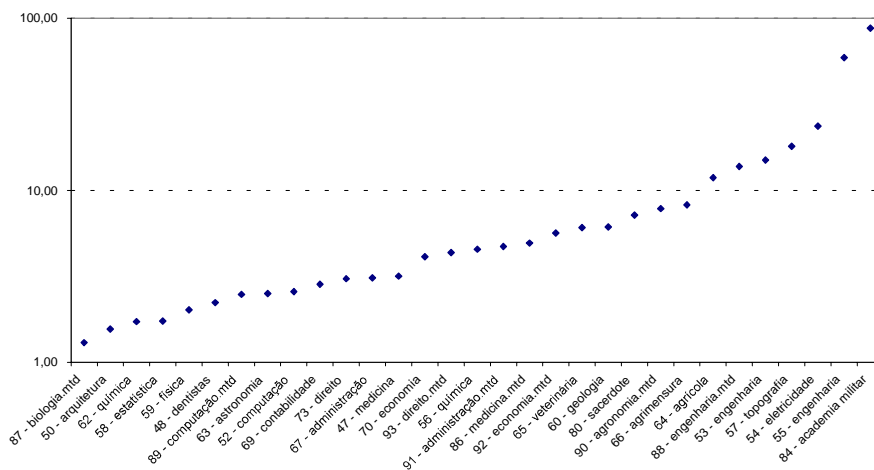


GRÁFICO 11

RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR (CARREIRAS COM MAIS HOMENS)- BRASIL - 1980



Entre 1980 e 1991 a oferta de cursos praticamente se mantém inalterada, pelo menos no que tange ao número: 54. Aumenta ligeiramente, entretanto, a proporção de cursos femininos, indo para 44% (ver Gráficos 12 e 13).

GRÁFICO 12

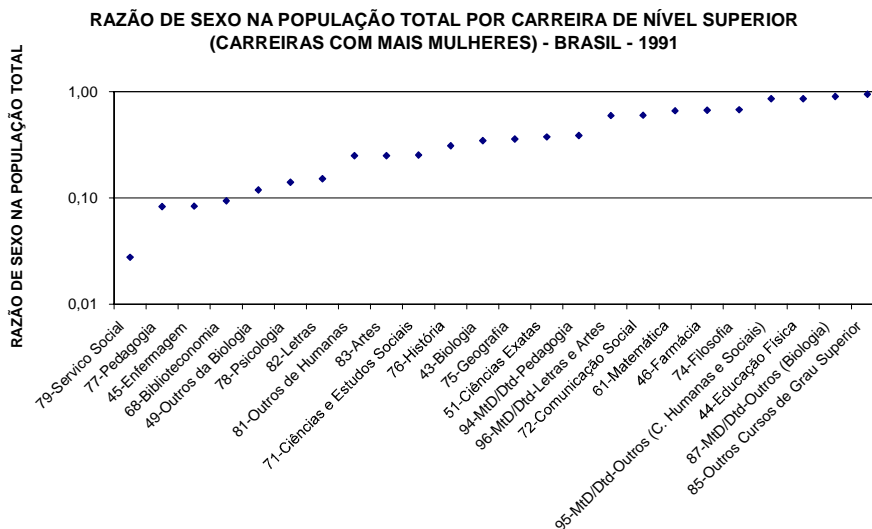
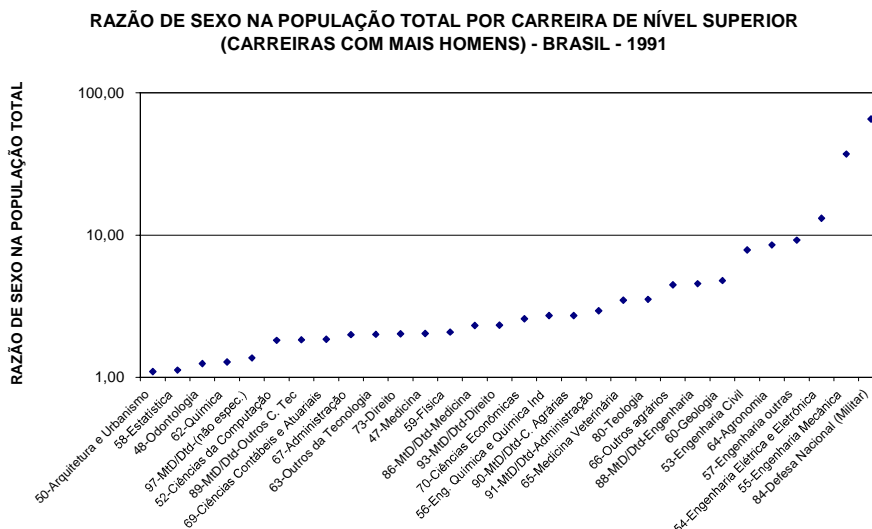


GRÁFICO 13



Em 2000 (ver Gráficos 14 e 15) aumenta cerca de 10% a lista de carreiras levantadas no censo (ver Anexo) e continua a feminização: 46% possuem uma proporção maior de mulheres, já que parte das carreiras que em 1991 estavam perto da fronteira passam para o lado feminino — Arquitetura e Urbanismo e Odontologia.

GRÁFICO 14

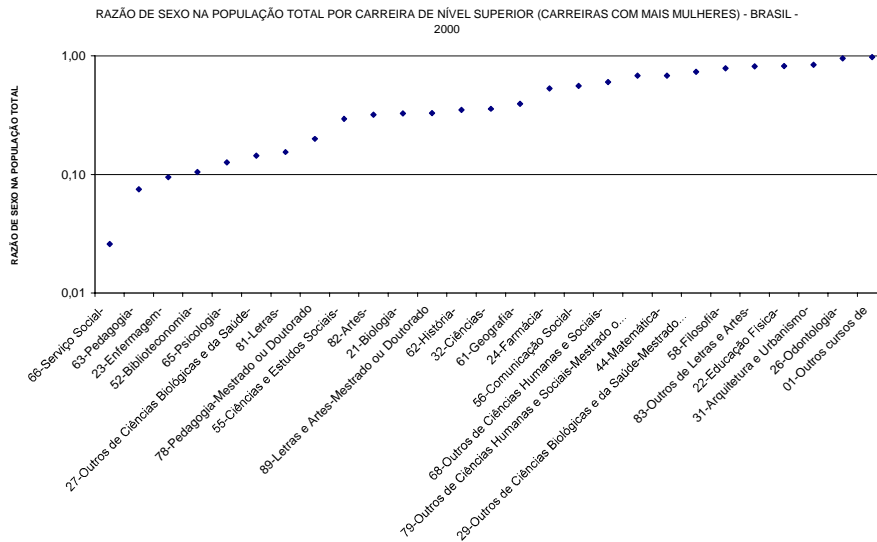
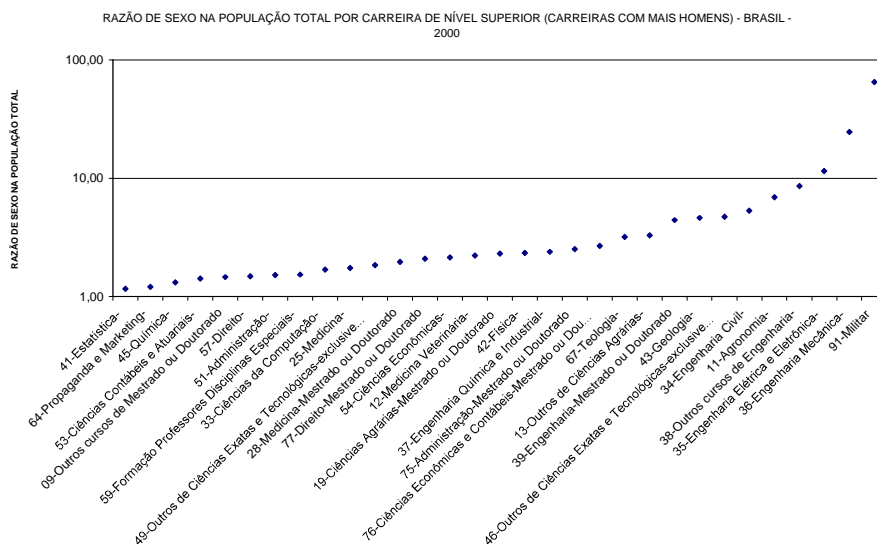


GRÁFICO 15



6.2 PARTICIPAÇÃO POR COR/RAÇA NAS DIFERENTES CARREIRAS

Para colocar em gráficos todas as combinações de ano censitário e grupo de cor/raça seriam necessários muitos gráficos. Como o comportamento é razoavelmente uniforme através dos censos optamos por descrever a situação apenas para 2000. No entanto, a totalidade dos dados utilizados nessa análise e concernentes aos anos censitários anteriores está disponibilizada no Anexo. Os Gráficos 16 a 20 apresentam para cada um dos grupos de cor/raça as proporções desse grupo entre os indivíduos que declararam ter concluído o nível superior naquela carreira. A ordenação utilizada no eixo das abscissas foi a mesma do Gráfico 14 combinado com o Gráfico 15, isto é, crescente na razão de sexo. Carreiras da esquerda dos gráficos apresentam uma proporção maior de mulheres, e as da direita, de homens. A equação no gráfico

corresponde a uma regressão linear simples, mas dá uma idéia de quanto se modifica a proporção de indivíduos daquele grupo de cor/raça quando se desloca uma carreira para a direita. Por exemplo, para a população branca o movimento para uma carreira imediatamente para a direita implica aumento da proporção de brancos de 0,06%. Para os pardos isso implica diminuição de mesmo valor, 0,06%. Como a proporção média de pretos, pardos e amarelos é bem inferior à de brancos nas carreiras, a variação é bem mais visível nesses grupos. É bom lembrar que a população que se autodeclara branca é o maior contingente entre os grupos de cor/raça. De qualquer forma o que se nota é que para a população branca e amarela a proporção de indivíduos desses grupos cresce com a razão de sexo, o inverso acontecendo para pretos, pardos e indígenas.

GRÁFICO 16

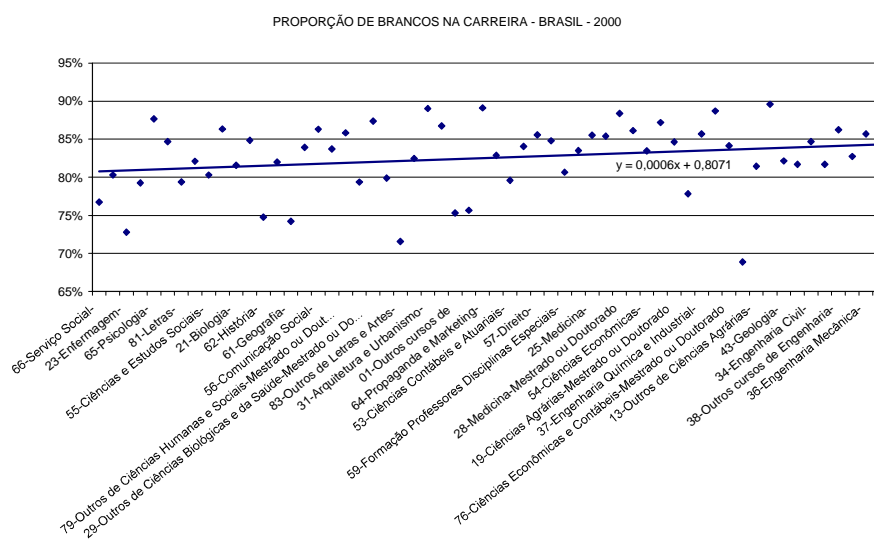


GRÁFICO 17

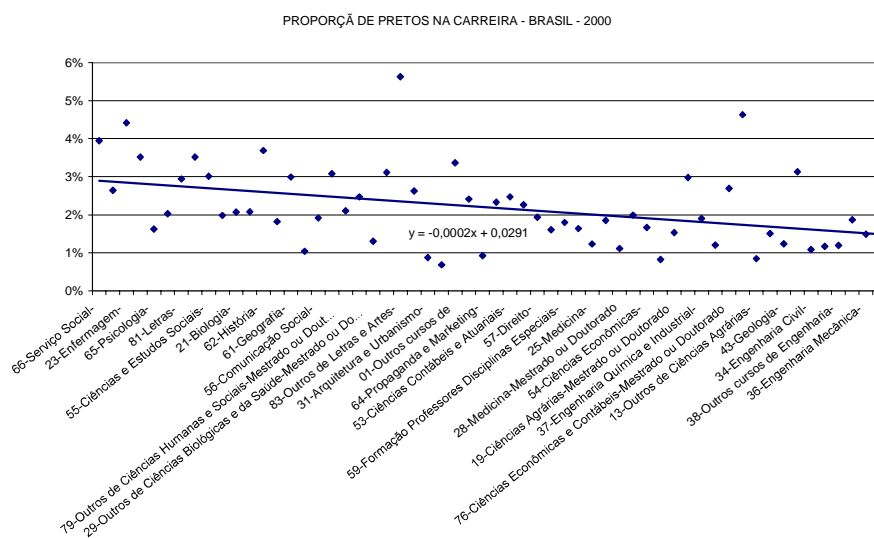


GRÁFICO 18

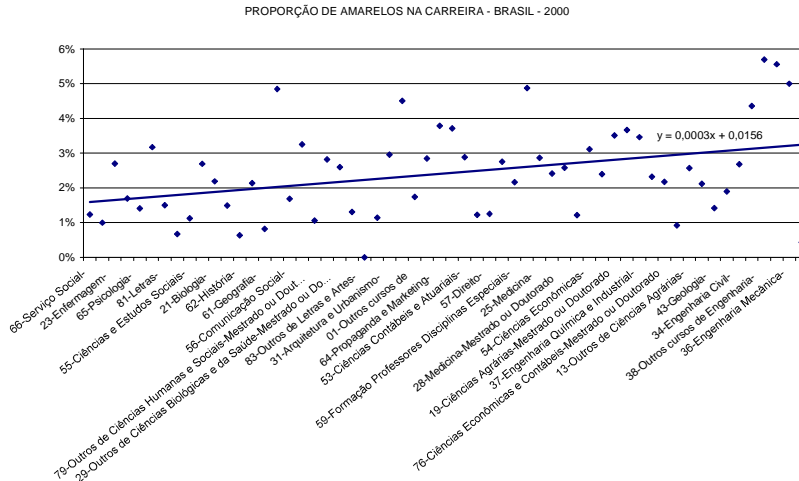


GRÁFICO 19

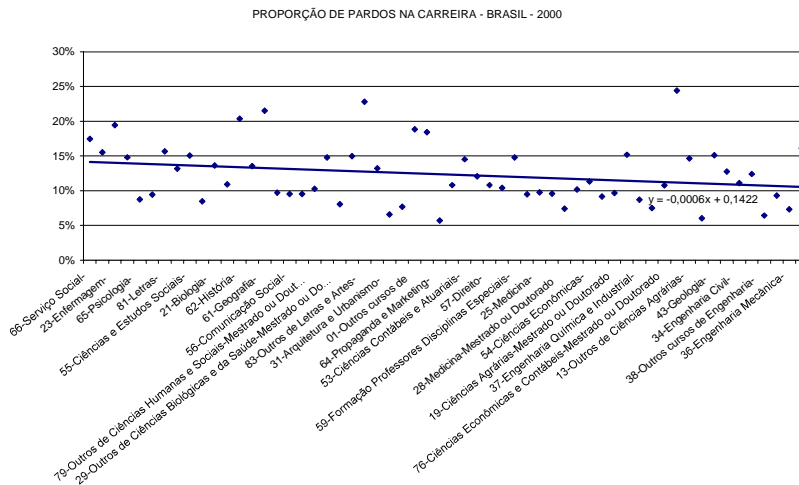
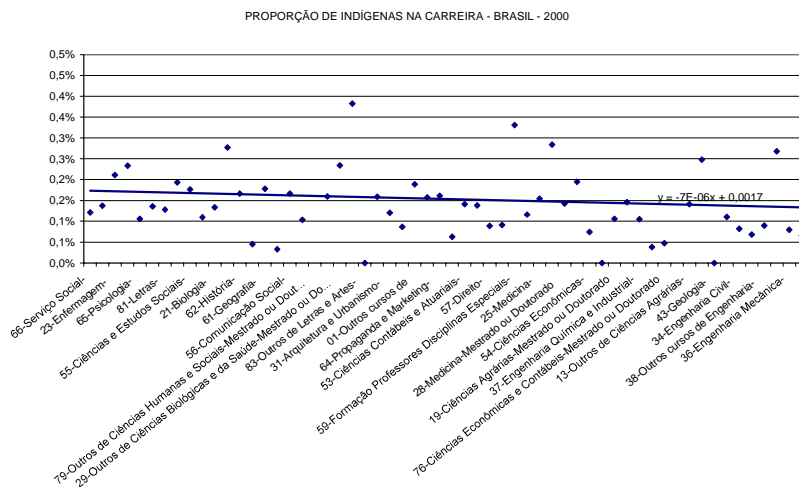


GRÁFICO 20



7 RELAÇÃO ENTRE REPRESENTATIVIDADES DE SEXO E COR/RAÇA

Para melhor quantificar a impressão de que carreiras masculinas apresentam uma proporção maior de brancos e amarelos e que as femininas apresentam uma proporção maior de pretos, pardos e indígenas, optamos por apresentar um conjunto de gráficos (ver Gráficos 21 a 32) para cada combinação dos censos após 1980 e os grupos de cor/raça. Nesses gráficos, cada ponto representa uma carreira. No eixo das abscissas temos em escala logarítmica as informações da razão de sexo e no eixo das ordenadas temos a informação da razão padronizada do grupo de cor/raça. Além disso, apresentamos a reta de mínimos quadrados ordinários e o intervalo de confiança de 95%.

Mais uma vez, constata-se que quanto mais feminina a carreira, maior a proporção de pretos, pardos e indígenas, o inverso acontecendo com brancos e amarelos. Além disso, cumpre notar que as razões de sexo por grupo de cor/raça são altamente correlacionadas, isto é, carreiras com proporcionalmente mais homens brancos têm, também proporcionalmente, mais homens pardos, pretos, amarelos e indígenas. No entanto, é nas profissões mais femininas que existem, em linhas gerais, mais pretos, pardos e indígenas. Essas observações são consistentes com o fato de que o avanço tem sido maior entre as mulheres pretas e pardas do que entre os homens do mesmo grupo racial. Existem, porém, algumas exceções notáveis. Essas exceções são os pontos mais distantes da reta de regressão (que descreveria a “relação” típica entre a razão de sexo e a razão padronizada de presença do grupo de cor/raça na carreira) e, em geral, deveriam estar fora do intervalo de confiança de 95%.

GRÁFICO 21

BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE BRANCOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 1980

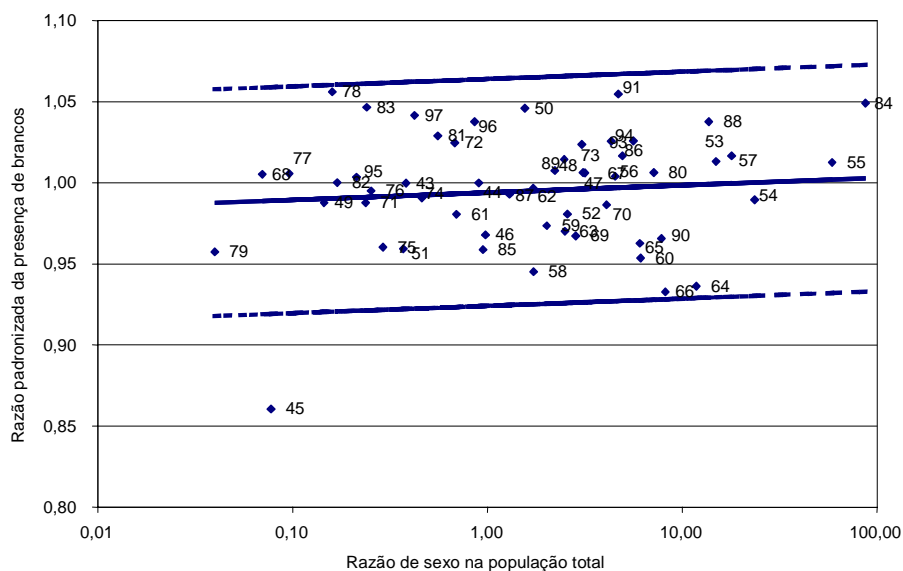


GRÁFICO 22

BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE PRETOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 1980

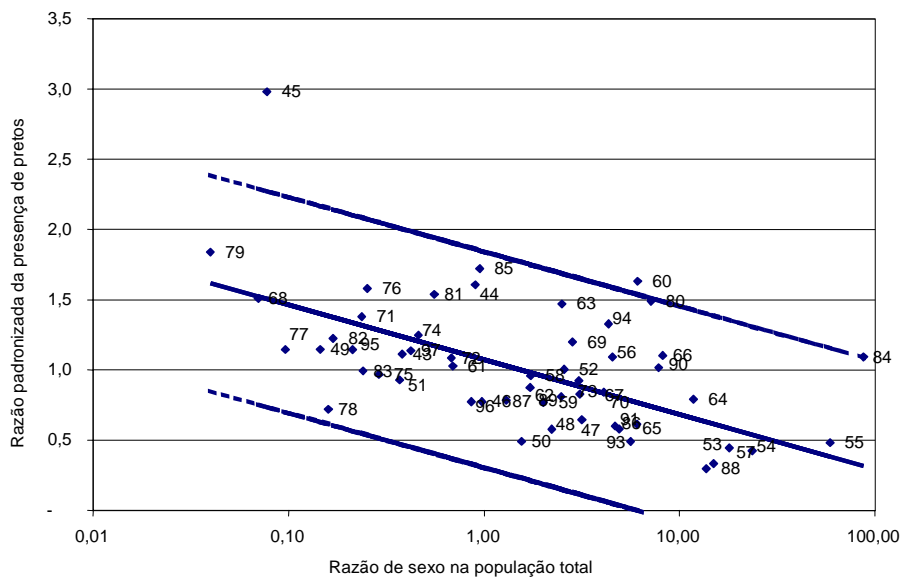


GRÁFICO 23

BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE AMARELOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 1980

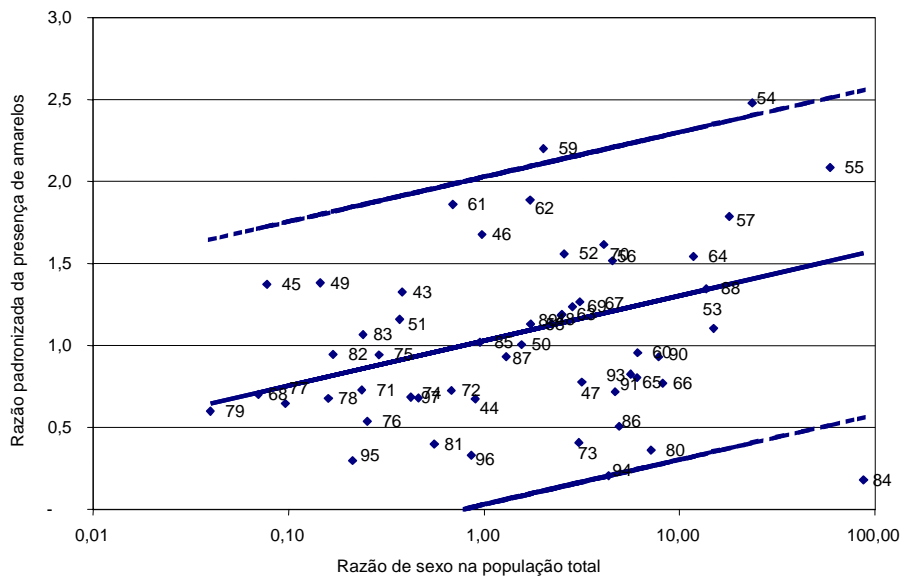


GRÁFICO 24
BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE PARDOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 1980

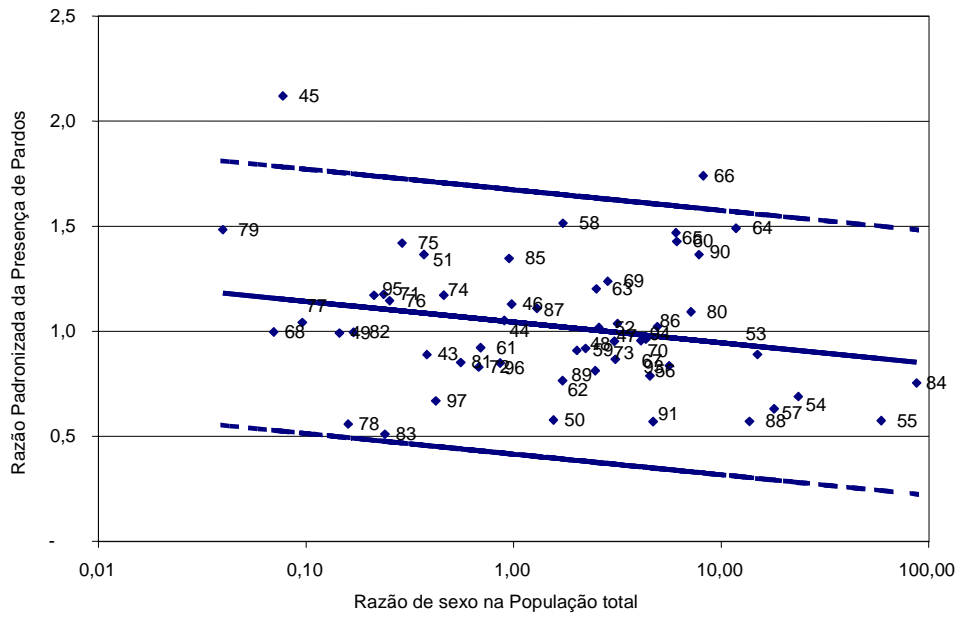


GRÁFICO 25
BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE BRANCOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 1991

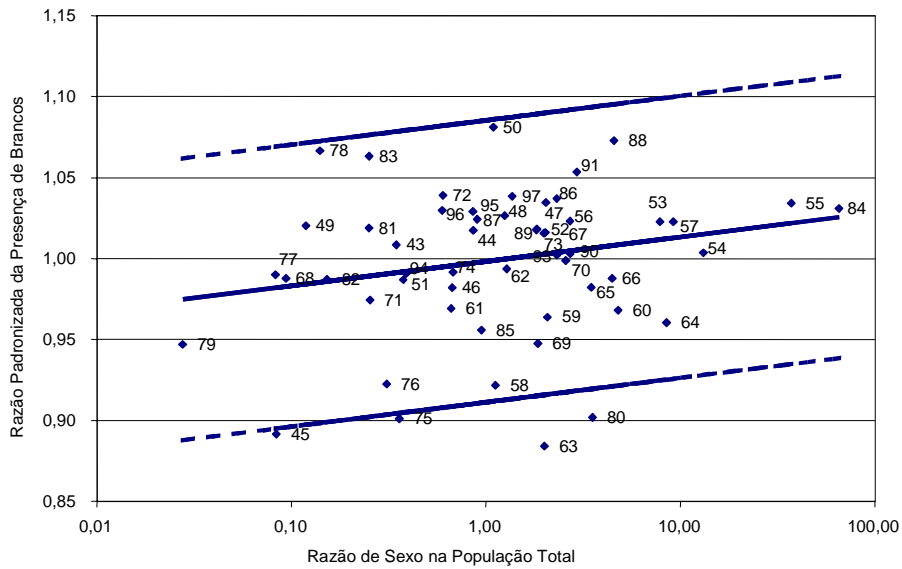


GRÁFICO 26

BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE PRETOS *VERSUS* RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 1991

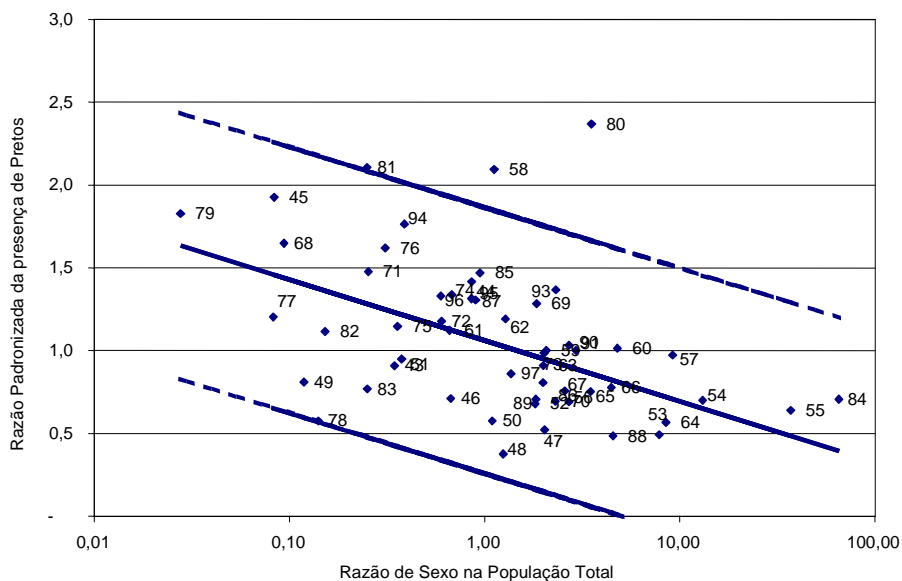


GRÁFICO 27

BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE AMARELOS *VERSUS* RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 1991

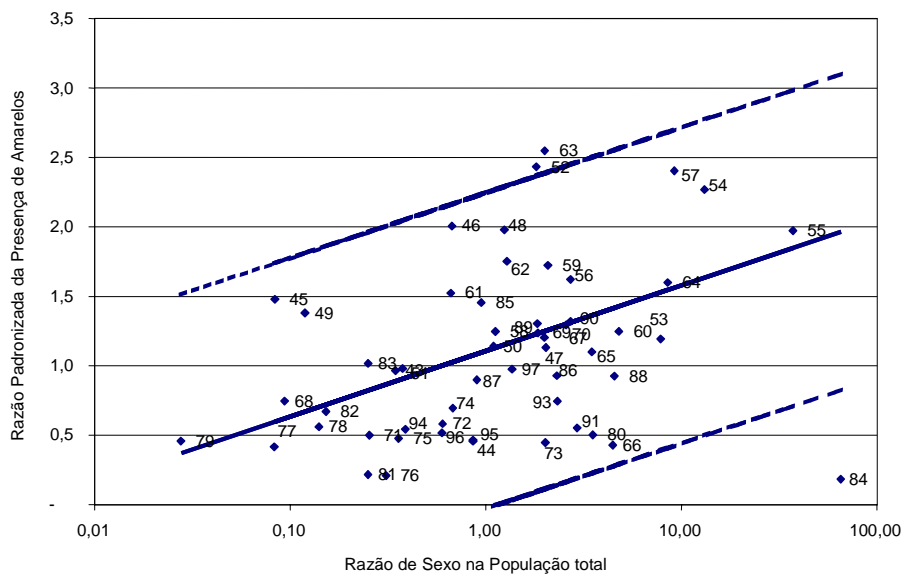


GRÁFICO 28
BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE PARDOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 1991

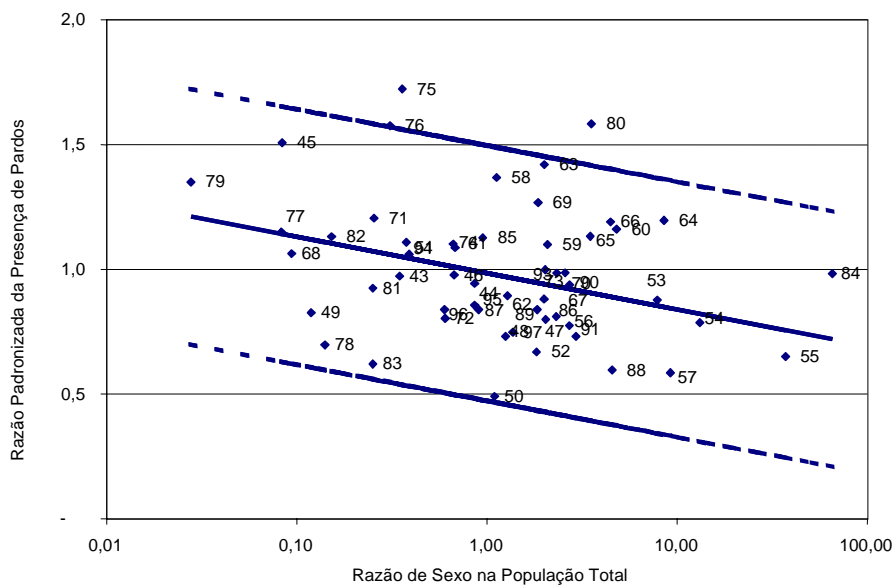


GRÁFICO 29
BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE BRANCOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 2000

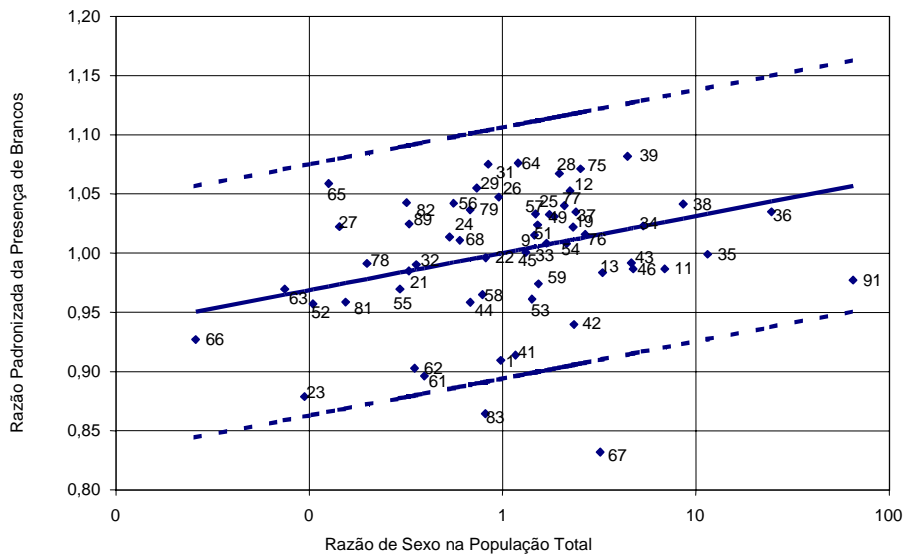


GRÁFICO 30
 BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE PRETOS *VERSUS* RAZÃO DE SEXO NA
 POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 2000

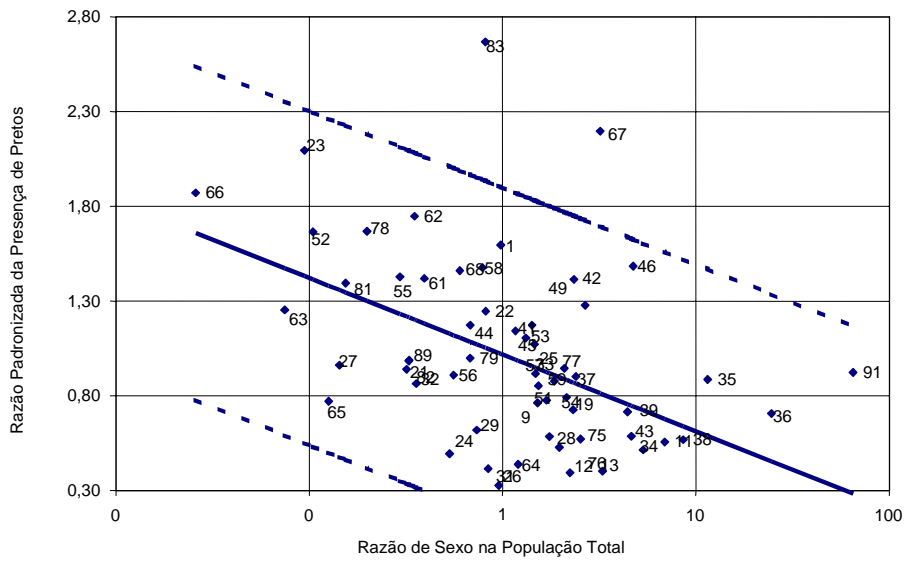


GRÁFICO 31
 BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE AMARELOS *VERSUS* RAZÃO DE SEXO NA
 POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 2000

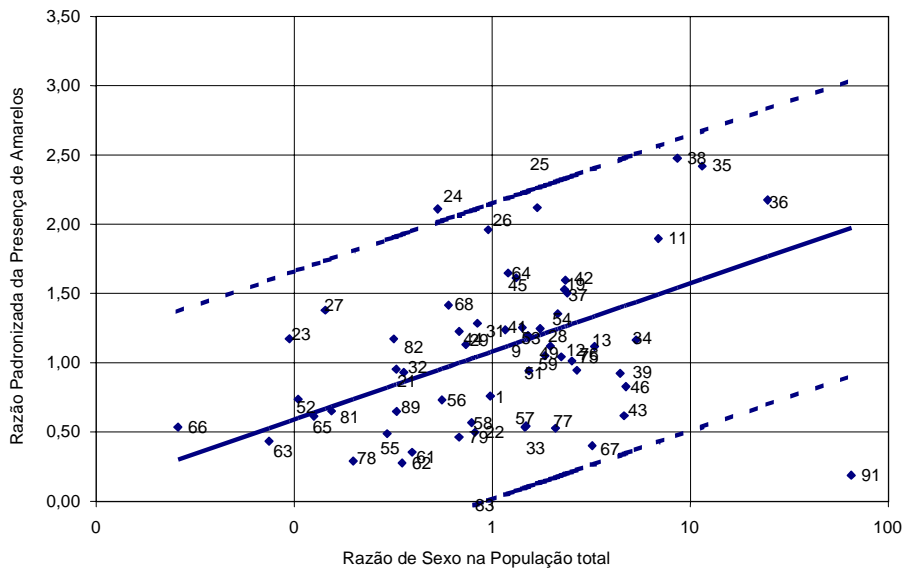
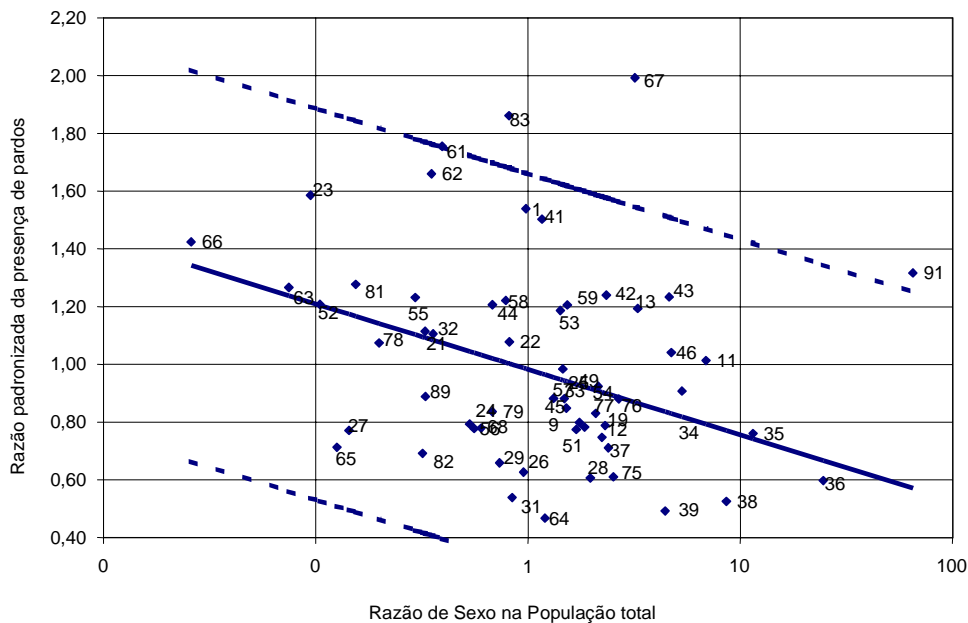


GRÁFICO 32
BRASIL: RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE PARDOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR — 2000



Em 1980, do lado das profissões mais masculinas estão Teologia (listado como sacerdote nesse censo) e Defesa Nacional (listado como militar) que apresentam uma proporção maior de população preta do que o esperado. Do lado das profissões femininas, Enfermagem apresenta uma proporção maior de pretos e pardos do que o esperado, e menos brancos. Psicologia apresenta uma proporção maior de brancos do que esperado. Os amarelos estão sub-representados nas carreiras como militar e sacerdote.

Em 1991, brancos estão sub-representados em quatro carreiras: Enfermagem, Geografia, outros de Tecnologia e Teologia. Os pretos estão super-representados em três carreiras, Teologia, outros de Humanas e Estatística. Por outro lado estão sub-representados em Psicologia. Os pardos apresentam uma proporção estatisticamente significativa acima do valor esperado nas carreiras de Geografia, História e Teologia. Os amarelos estão mais uma vez sub-representados na carreira militar. Por outro lado, têm uma participação maior em computação e outros de tecnologia.

Em 2000, “Psicologia”, uma carreira mais feminina, apresenta uma proporção maior do que a esperada de brancos. As carreiras de nível superior “eclesiásticas” e “militares”, por outro lado, apresentam consistentemente uma proporção maior do que a esperada de pardos e menor de brancos. Pretos estão super-representados em Teologia e outros de Letras e amarelos estão na situação oposta nessas mesmas carreiras, sub-representados.

8 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

O que podemos depreender dos dados censitários brasileiros no que concerne à inserção dos diferentes grupos de cor/raça nas carreiras universitárias é que essa inserção ocorre de alguma forma espelhando a escala de ordenação de participação

por sexo: em geral, carreiras mais masculinas têm uma participação menor de pretos e pardos e carreiras mais femininas, uma participação maior desses grupos. Este texto então confirma achados de estudos recentes que têm apontado para a segmentação desse mercado universitário tanto para as mulheres [Bourdieu (1999)] quanto para os negros [Teixeira(1998), Queiroz (2000) e Guimarães e Prandi (2001)].

O aumento da escolaridade feminina e o de pretos e pardos seguiram linhas temporais muito semelhantes com um mesmo padrão de seleção social e hierarquização nos moldes dos determinantes socioeconômicos constatados por Ribeiro e Klein (1982) nos anos 1980. O que se conclui é que sim, existe uma certa coincidência entre os caminhos de acesso das mulheres e dos grupos de cor/raça menos privilegiados. Essas observações são consistentes também com o fato de o maior avanço nas últimas décadas ter sido mais expressivo entre as mulheres pretas e pardas do que entre os homens do mesmo grupo racial.

Algumas carreiras são exceções para essa regra, tanto entre as mais femininas como no outro extremo, entre as mais masculinas. Entre as mais femininas, a maior inserção relativa de pretos e pardos se dá em Enfermagem, Geografia e História. Entre as mais masculinas esta maior inserção se dá nas carreiras de Teologia e militar. É interessante notar que essas duas carreiras não se enquadram dentro da cadeia produtiva capitalista *stricto sensu*, mas dentro do mercado de bens simbólicos. Geografia e História são carreiras voltadas para o ensino e, portanto, seguem a mesma lógica do mercado de bens simbólicos, com a vantagem adicional de terem uma clientela cativa, o alunado, por oposição a profissões liberais nas quais a clientela precisa ser conquistada.

Os caminhos que representam exceções para os homens pretos e pardos são os mesmos considerados por Julien Sorel na obra de Stendhal *O vermelho* (carreira militar — Defesa Nacional) e *o negro* (carreira eclesiástica — Teologia):

“Julien não passava, talvez, uma hora do seu dia sem dizer-se que Bonaparte, tenente obscuro e sem fortuna, fizera-se o senhor do mundo com sua espada. (...) Quando Bonaparte fez que falassem dele, a França tinha medo de ser invadida; o mérito militar era necessário e estava em moda. Hoje, vemos padres de quarenta anos com rendimentos anuais de cem mil francos, isto é, três vezes mais que os famosos generais da divisão de Napoleão. Eles precisam de pessoas que os apóiem. (...)Preciso ser Padre” [Stendhal (2002, p. 34-35)].

ANEXO

CARREIRAS: CENSO DE 1960

Curso superior concluído	Razão de sexo total	Razão padronizada			
		Branco	Preto	Amarelo	Pardo
73 - Serviços Sanitaristas	0,0405	0,9593	0,0000	0,0000	1,9474
72 - Artes Domésticas	0,4000	1,0626	0,0000	0,0000	0,0000
50 - Geografia/História	0,5468	1,0057	2,4775	0,0000	0,8631
51 - História Natural	0,5685	1,0187	1,1161	0,0000	0,7329
57 - Belas-artes	0,6548	1,0352	0,0000	0,0000	0,5168
76 - Educação Física	0,6754	0,9962	0,0000	0,0000	1,2516
52 - Letras	0,6840	0,9931	0,7963	0,5365	1,1808
79 - Outros (nível superior)	1,0022	1,0110	3,0593	1,7176	0,5617
54 - Outros cursos	1,3170	1,0217	1,1270	0,3390	0,6446
53 - Matemática/Física/Química/Desenho	1,9298	0,9793	0,4438	4,3783	1,1470
61 - Farmácia	2,6127	1,0012	0,8768	1,7179	0,9314
62 - Odontologia	6,2009	0,9976	0,3825	0,9992	1,1050
71 - Ciências Estatísticas	7,2500	1,0250	0,0000	0,0000	0,7080
65 - Arquitetura	8,3898	0,9983	0,8532	3,0793	0,8675
70 - Ciências Econômicas	9,3460	0,9993	0,5783	2,5047	0,9229
63 - Veterinária	13,7770	1,0046	1,2656	0,8859	0,9067
60 - Medicina	13,7808	1,0060	1,0051	0,4710	0,9402
67 - Direito	17,3128	0,9989	1,1519	0,3336	1,0659
66 - Química Industrial	17,6250	1,0166	1,2336	2,5443	0,5376
78 - Eclesiástico (nível superior)	29,6364	0,9981	1,2077	0,1500	1,0993
68 - Agronomia	52,8119	0,9641	1,3914	4,0595	1,3670
64 - Engenharia	56,0745	1,0136	1,0230	1,3753	0,6811
74 - Militar Superior	402,0000	0,9872	1,2654	0,0000	1,3129

CARREIRAS: CENSO DE 1970

Curso superior concluído	Razão de masculinidade
Enfermagem	0,070
Serviço social	0,114
Pedagogia	0,184
Letras	0,379
Ciências Sociais	0,389
Belas-artes	0,407
Geografia/História	0,436
Psicologia	0,436
Filosofia	0,510
História Natural	0,515
Educação Física	0,820
Outros	1,150
Matemática/Física/Química	1,552
Farmácia	2,145
Contabilidade/Atuária	4,298
Odontologia	4,619
Arquitetura	5,017
Estatística	5,078
Administração	5,524
Química Industrial	6,108
Direito	6,934
Medicina	8,357
Economia	10,511
Teologia	13,367
Medicina Veterinária	16,431
Agronomia	27,951
Engenharia	54,254
Defesa Nacional	409,870

CARREIRAS: CENSO DE 1980

	Razão de sexo total	Razão padronizada			
		Branco	Preto	Amarelo	Pardo
79 - Serviço Social — superior	0,0398	0,9575	1,8379	0,5975	1,4838
68 - Biblioteconomia — superior	0,0700	1,0053	1,5089	0,7008	0,9971
45 - Enfermagem — superior	0,0775	0,8606	2,9794	1,3728	2,1206
77 - Educação — superior	0,0962	1,0057	1,1447	0,6451	1,0418
49 - Nutrição — superior	0,1452	0,9878	1,1455	1,3811	0,9916
78 - Psicologia — bacharelado	0,1600	1,0563	0,7196	0,6769	0,5577
82 - Lingüística — superior	0,1693	1,0003	1,2234	0,9458	0,9952
94 - Educação — mestrado	0,2131	1,0036	1,1431	0,2979	1,1714
71 - Antropologia — superior	0,2374	0,9878	1,3783	0,7289	1,1762
83 - Belas-artes — superior	0,2405	1,0466	0,9924	1,0655	0,5104
76 - História — bacharelado	0,2529	0,9951	1,5779	0,5367	1,1460
75 - Geografia — bacharelado	0,2909	0,9603	0,9672	0,9429	1,4204
51 - Ciências — bacharelado	0,3706	0,9594	0,9274	1,1591	1,3654
43 - Biologia — superior	0,3827	0,9999	1,1124	1,3267	0,8886
96 - Artes — mestrado	0,4230	1,0416	1,1363	0,6837	0,6680
74 - Filosofia — bacharelado	0,4621	0,9908	1,2466	0,6790	1,1728
81 - Museologia — superior	0,5578	1,0290	1,5367	0,3976	0,8512
72 - Comunicações — superior	0,6802	1,0247	1,0835	0,7251	0,8299
61 - Matemática — bacharelado	0,6946	0,9807	1,0251	1,8614	0,9222
95 - Biblioteconomia — mestrado	0,8609	1,0378	0,7731	0,3302	0,8486
44 - Educação Física — superior	0,9034	1,0000	1,6055	0,6731	1,0513
85 - Diplomacia — superior	0,9508	0,9589	1,7197	1,0191	1,3471
46 - Farmácia — superior	0,9788	0,9680	0,7740	1,6772	1,1291
87 - Biologia — mestrado	1,2995	0,9931	0,7842	0,9315	1,1098
50 - Arquitetura — superior	1,5595	1,0461	0,4904	1,0047	0,5773
62 - Química — bacharelado	1,7235	0,9968	0,8739	1,8875	0,7651
58 - Estatística — superior	1,7334	0,9453	0,9571	1,1305	1,5144
59 - Física — bacharelado	2,0183	0,9736	0,7686	2,2010	0,9088
48 - Odontologia	2,2244	1,0075	0,5775	1,1322	0,9183
89 - Computação — mestrado	2,4813	1,0146	0,8094	1,1823	0,8119
63 - Astronomia — superior	2,5063	0,9702	1,4681	1,1890	1,2016
52 - Computação — superior	2,5753	0,9808	1,0038	1,5582	1,0181
69 - Contabilidade — superior	2,8437	0,9674	1,1989	1,2350	1,2384
73 - Direito — superior	3,0633	1,0238	0,9218	0,4079	0,9524
67 - Administração — superior	3,0991	1,0065	0,8266	1,2648	0,8663
47 - Medicina — superior	3,1688	1,0063	0,6459	0,7772	1,0368
70 - Economia — superior	4,1055	0,9866	0,8411	1,6166	0,9549
93 - Direito — mestrado	4,3325	1,0258	1,3279	0,2049	0,9619
56 - Química — superior	4,5430	1,0042	1,0895	1,5166	0,7877
91 - Administração — mestrado	4,7055	1,0548	0,5986	0,7171	0,5702
86 - Medicina — mestrado	4,9337	1,0168	0,5781	0,5062	1,0214
92 - Economia — mestrado	5,6308	1,0260	0,4889	0,8249	0,8357
65 - Veterinária — superior	6,0681	0,9628	0,6118	0,8036	1,4694

(continua)

(continuação)

	Razão de sexo total	Razão padronizada			
		Branco	Preto	Amarelo	Pardo
60 – Geologia — superior	6,1166	0,9537	1,6306	0,9554	1,4277
80 – Sacerdote — superior	7,1665	1,0065	1,4885	0,3604	1,0933
90 - Agronomia — mestrado	7,8218	0,9659	1,0155	0,9298	1,3646
66 - Agrimensura — superior	8,2171	0,9328	1,1020	0,7694	1,7407
64 - Agrícola — superior	11,8169	0,9363	0,7905	1,5419	1,4900
88 - Engenharia — mestrado	13,7264	1,0378	0,2963	1,3450	0,5708
53 - Engenharia — superior	14,9722	1,0133	0,3320	1,1038	0,8895
57 - Topografia — superior	18,0140	1,0168	0,4438	1,7874	0,6309
54 - Eletricidade — superior	23,5771	0,9896	0,4232	2,4796	0,6896
55 - Engenharia — superior	59,0199	1,0128	0,4819	2,0860	0,5744
84 - Academia militar	87,6148	1,0492	1,0908	0,1794	0,7538

CARREIRAS: CENSO DE 1991

	Razão de sexo total	Razão padronizada				
		Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Índigena
79 - Serviço Social	0,0277	0,9469	1,8282	1,3498	0,4564	0,3656
77 – Pedagogia	0,0830	0,9899	1,2022	1,1492	0,4160	0,9716
45 – Enfermagem	0,0837	0,8914	1,9256	1,5074	1,4786	3,0623
68 – Biblioteconomia	0,0939	0,9877	1,6474	1,0632	0,7454	-
49 - Outros da Biologia	0,1190	1,0202	0,8085	0,8262	1,3810	-
78 – Psicologia	0,1406	1,0665	0,5750	0,6971	0,5606	1,7088
82 – Letras	0,1524	0,9872	1,1144	1,1304	0,6699	0,5132
81 - Outros de Humanas	0,2504	1,0189	2,1054	0,9251	0,2161	-
83 – Artes	0,2508	1,0632	0,7677	0,6203	1,0158	0,4994
71 - Ciências e Estudos Sociais	0,2543	0,9743	1,4755	1,2052	0,4985	2,3753
76 – História	0,3101	0,9225	1,6194	1,5757	0,2075	0,8636
43 – Biologia	0,3464	1,0084	0,9088	0,9719	0,9632	2,0522
75 – Geografia	0,3588	0,9011	1,1445	1,7224	0,4757	0,9734
51 - Ciências Exatas	0,3762	0,9868	0,9473	1,1080	0,9791	-
94 - Mestrado ou Doutorado — Pedagogia	0,3887	0,9906	1,7640	1,0608	0,5421	-
96 - Mestrado ou Doutorado — Letras e Artes	0,5975	1,0297	1,3292	0,8387	0,5158	4,1949
72 – Comunicação Social	0,6022	1,0389	1,1764	0,8037	0,5813	0,4771
61 – Matemática	0,6630	0,9691	1,1212	1,1014	1,5223	0,4953
46 – Farmácia	0,6719	0,9819	0,7111	0,9776	2,0055	0,2567
74 – Filosofia	0,6787	0,9915	1,3370	1,0872	0,6941	-
95 - Mestrado ou Doutorado — Outros (Ciências Humanas e Sociais)	0,8596	1,0292	1,3136	0,8564	0,4643	1,3621
44 - Educação Física	0,8607	1,0173	1,4159	0,9438	0,4547	1,5405
87 - Mestrado ou Doutorado — Outros (Biologia)	0,9012	1,0243	1,3055	0,8385	0,8970	2,9858
85 - Outros Cursos de Grau Superior	0,9484	0,9558	1,4684	1,1264	1,4551	1,6266
50 - Arquitetura e Urbanismo	1,0957	1,0810	0,5750	0,4908	1,1388	1,1164
58 – Estatística	1,1224	0,9216	2,0934	1,3675	1,2447	-
48 – Odontologia	1,2492	1,0264	0,3743	0,7312	1,9789	0,5243
62 – Química	1,2815	0,9937	1,1909	0,8941	1,7529	1,4316

(continua)

(continuação)

	Razão de sexo total	Razão padronizada				
		Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena
97 - Mestrado ou Doutorado (área não especificada)	1,3653	1,0383	0,8594	0,7481	0,9738	3,3103
52 - Ciências da Computação	1,8164	1,0176	0,6786	0,6694	2,4314	1,7926
89 - Mestrado ou doutorado — Outros (Ciências Tecnológicas)	1,8341	1,0181	0,7068	0,8386	1,3039	-
69 - Ciências Contábeis e Atuariais	1,8513	0,9475	1,2827	1,2670	1,2366	0,6553
67 - Administração	1,9936	1,0156	0,8070	0,8811	1,2046	0,9940
63 - Outros da Tecnologia	2,0014	0,8841	0,9091	1,4202	2,5480	-
73 - Direito	2,0217	1,0160	0,9855	0,9988	0,4456	0,7122
47 - Medicina	2,0315	1,0346	0,5213	0,7993	1,1314	0,8048
59 - Física	2,0770	0,9637	1,0008	1,0997	1,7227	4,3448
86 - Mestrado ou doutorado — Medicina	2,3131	1,0369	0,6932	0,8107	0,9277	-
93 - Mestrado ou doutorado — Direito	2,3223	1,0022	1,3665	0,9849	0,7442	-
70 - Ciências Econômicas	2,5783	0,9986	0,7563	0,9860	1,2927	1,2493
56 - Engenharia Química e Química Industrial	2,7128	1,0232	0,6902	0,7745	1,6199	1,9922
90 - Mestrado ou doutorado — Ciências Agrárias	2,7153	1,0028	1,0310	0,9379	1,3182	-
91 - Mestrado ou Doutorado — Administração	2,9370	1,0533	1,0007	0,7311	0,5513	-
65 - Medicina Veterinária	3,4894	0,9821	0,7516	1,1322	1,0986	2,3211
80 - Teologia	3,5339	0,9019	2,3676	1,5828	0,5013	-
66 - Outros agrários	4,4611	0,9877	0,7765	1,1901	0,4269	2,5172
88 - Mestrado ou Doutorado — Engenharia	4,5494	1,0728	0,4840	0,5961	0,9245	1,7000
60 - Geologia	4,7900	0,9680	1,0137	1,1614	1,2457	2,2343
53 - Engenharia Civil	7,8546	1,0228	0,4922	0,8767	1,1919	0,8328
64 - Agronomia	8,5182	0,9604	0,5669	1,1962	1,5998	1,0756
57 - Engenharia não classificada ou mal definida	9,2063	1,0227	0,9717	0,5854	2,4028	0,6857
54 - Engenharia Elétrica e Eletrônica	13,1491	1,0035	0,6995	0,7864	2,2674	0,9629
55 - Engenharia Mecânica	37,1491	1,0342	0,6388	0,6501	1,9724	1,3771
84 - Defesa Nacional (militar)	65,4317	1,0308	0,7060	0,9832	0,1830	1,5510

CARREIRAS: CENSO DE 2000

Cursos de nível superior por faixa etária	Todas as raças/ cores razão de sexos	Razão padronizada					
		brancos	pretos	amarelos	pardos	indígenas	negros
66 - Serviço Social — graduação	0,0259	0,9266	1,8715	0,5347	1,4244	0,9219	1,4900
63 - Pedagogia — graduação	0,0748	0,9695	1,2533	0,4332	1,2663	1,0444	1,2643
23 - Enfermagem — graduação	0,0945	0,8786	2,0954	1,1729	1,5853	1,6022	1,6602
52 - Biblioteconomia — graduação	0,1048	0,9568	1,6659	0,7367	1,2081	1,7720	1,2753
65 - Psicologia — graduação	0,1259	1,0587	0,7708	0,6137	0,7127	0,8013	0,7212
27 - Outros de Ciências Biológicas e da Saúde — graduação	0,1434	1,0223	0,9610	1,3806	0,7712	1,0294	0,799107
81 - Letras — graduação	0,1545	0,9585	1,3938	0,6511	1,2773	0,9734	1,2944
78 - Pedagogia — mestrado ou doutorado	0,1992	0,9912	1,6683	0,2896	1,0743	1,4648	1,1615
55 - Ciências e Estudos Sociais — graduação	0,2946	0,9695	1,4276	0,4878	1,2316	1,3407	1,2603
82 - Artes — graduação	0,3187	1,0425	0,9395	1,1716	0,6919	0,8330	0,7282

(continua)

(continuação)

Cursos de nível superior por faixa etária	Todas as raças/ cores razão de sexos	Razão padronizada					
		brancos	pretos	amarelos	pardos	indígenas	negros
21 - Biologia — graduação	0,3271	0,9847	0,9822	0,9514	1,1147	1,0114	1,0952
89 - Letras e Artes — mestrado ou doutorado	0,3290	1,0246	0,9878	0,6487	0,8889	2,1017	0,9034
62 - História — graduação	0,3507	0,9027	1,7478	0,2759	1,6600	1,2624	1,6728
32 - Ciências — graduação	0,3577	0,9899	0,8642	0,9299	1,1054	0,3415	1,0700
61 - Geografia — graduação	0,3937	0,8959	1,4193	0,3545	1,7553	1,3490	1,7059
24 - Farmácia — graduação	0,5318	1,0134	0,4930	2,1094	0,7934	0,2499	0,7492
56 - Comunicação Social — graduação	0,5577	1,0420	0,9085	0,7315	0,7777	1,2613	0,7968
68 - Outros de Ciências Humanas e Sociais — graduação	0,6006	1,0108	1,4600	1,4158	0,7792	0,7878	0,8792
79 - Outros de Ciências Humanas e Sociais — mestrado ou doutorado	0,6789	1,0363	0,9983	0,4609	0,8363	4,0307	0,8600
44 - Matemática — graduação	0,6808	0,9584	1,1720	1,2254	1,2063	1,2122	1,2012
29 - Outros de Ciências Biológicas e da Saúde — mestrado ou doutorado	0,7359	1,0550	0,6187	1,1308	0,6585	1,7761	0,6526
58 - Filosofia — graduação	0,7846	0,9647	1,4764	0,5673	1,2210	2,9015	1,2585
83 - Outros de Letras e Artes — graduação	0,8142	0,8642	2,6680	0,0000	1,8614	0,0000	1,9798
22 - Educação Física — graduação	0,8180	0,9959	1,2462	0,4961	1,0782	1,2062	1,1028
31 - Arquitetura e Urbanismo — graduação	0,8414	1,0750	0,4155	1,2845	0,5383	0,9116	0,5202
26 - Odontologia — graduação	0,9530	1,0472	0,3268	1,9604	0,6264	0,6572	0,5823
01 - Outros cursos de graduação	0,9772	0,9092	1,5953	0,7589	1,5390	1,4317	1,5472
41 - Estatística — graduação	1,1647	0,9136	1,1427	1,2370	1,5031	1,1921	1,4501
64 - Propaganda e Marketing — graduação	1,2035	1,0759	0,4385	1,6472	0,4672	1,2254	0,4629
45 - Química — graduação	1,3199	1,0005	1,1049	1,6134	0,8821	0,4761	0,9148
53 - Ciências Contábeis e Atuariais — graduação	1,4212	0,9611	1,1716	1,2534	1,1867	1,0707	1,1845
09 - Outros cursos de mestrado ou doutorado	1,4605	1,0150	1,0727	0,5335	0,9841	1,0458	0,9971
57 - Direito — graduação	1,4833	1,0331	0,9174	0,5428	0,8815	0,6723	0,8868
51 - Administração — graduação	1,5180	1,0236	0,7633	1,1974	0,8484	0,6922	0,8358
59 - Formação Professores Disciplinas Especiais — graduação	1,5332	0,9738	0,8529	0,9408	1,2058	2,5141	1,1539
33 - Ciências da Computação — graduação	1,6900	1,0083	0,7759	2,1202	0,7745	0,8823	0,7746
25 - Medicina — graduação	1,7461	1,0326	0,5851	1,2454	0,7985	1,1731	0,7671
49 - Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas — exclusive Engenharia — mestrado ou doutorado	1,8497	1,0310	0,8765	1,0493	0,7824	2,1581	0,7962
28 - Medicina — mestrado ou doutorado	1,9659	1,0671	0,5279	1,1205	0,6065	1,0822	0,5949
77 - Direito — mestrado ou doutorado	2,0867	1,0399	0,9438	0,5271	0,8302	1,4782	0,8469
54 - Ciências Econômicas — graduação	2,1447	1,0079	0,7919	1,3534	0,9235	0,5659	0,9041
12 - Medicina Veterinária — graduação	2,2294	1,0526	0,3933	1,0415	0,7470	0,0000	0,6950
19 - Ciências Agrárias — Mestrado ou doutorado	2,3141	1,0220	0,7254	1,5277	0,7879	0,8058	0,7787
42 - Física — graduação	2,3414	0,9395	1,4140	1,5941	1,2394	1,1081	1,2650
37 - Engenharia Química e Industrial — graduação	2,3899	1,0346	0,9025	1,5046	0,7106	0,7943	0,73881

(continua)

(continuação)

Cursos de nível superior por faixa etária	Todas as raças/ cores razão de sexos	Razão padronizada					
		brancos	pretos	amarelos	pardos	indígenas	negros
75 - Administração — mestrado ou doutorado	2,5269	1,0710	0,5718	1,0115	0,6104	0,2886	0,6047
76 - Ciências Econômicas e Contábeis — mestrado ou doutorado	2,6733	1,0158	1,2775	0,9455	0,8802	0,3596	0,9385
67 - Teologia — graduação	3,1944	0,8317	2,1962	0,3996	1,9928	4,7996	2,02269
13 - Outros de Ciências Agrárias — graduação	3,2857	0,9835	0,4014	1,1177	1,1935	1,0737	1,0772
39 - Engenharia — mestrado ou doutorado	4,4310	1,0815	0,7156	0,9222	0,4922	1,8833	0,5250
43 - Geologia — graduação	4,6268	0,9916	0,5865	0,6164	1,2336	0,0000	1,1385
46 - Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas — exclusive Engenharia — graduação	4,7352	0,9866	1,4840	0,8272	1,0407	0,8395	1,1057
34 - Engenharia Civil — graduação	5,3152	1,0226	0,5151	1,1645	0,9076	0,6239	0,8499
11 - Agronomia — graduação	6,8995	0,9866	0,5554	1,8965	1,0129	0,5186	0,9457
38 - Outros cursos de Engenharia — graduação	8,6047	1,0413	0,5682	2,4760	0,5248	0,6795	0,5311
35 - Engenharia Elétrica e Eletrônica — graduação	11,4936	0,9988	0,8861	2,4192	0,7604	2,0324	0,7788
36 - Engenharia Mecânica — graduação	24,6099	1,0347	0,7057	2,1751	0,5973	0,6045	0,6132
91 - Militar	65,0323	0,9771	0,9239	0,1872	1,3170	0,5012	1,2592

BIBLIOGRAFIA

- ACÇÃO EDUCATIVA, ANPED. *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*. São Paulo e Rio de Janeiro, 2001, 100 p.
- BARCELOS, L. C. Educação: um quadro de desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 37-69, dez. 1992.
- BARNETT, J. H., KARSON, M. J. Managers, values, and executive decisions — an exploration of the role of gender, career stage, organizational level, function, and the importance of ethics, relationships and results in managerial decision-making. *Journal of Business Ethics*, v. 8, n. 10, p. 747-771, Oct. 1989.
- BATISTA, M. A. R., GALVÃO, O. M. R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 71-95, dez. 1992.
- BELTRÃO, K. I. *Acesso à educação: existe igualdade entre os sexos?* Rio de Janeiro: IPEA, maio 2002 (Texto para Discussão, 879).
- _____. *Acesso à educação: diferenciais entre os sexos*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 879).
- BELTRÃO, K. I., ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Anais do XIV Encontro Nacional da Abep*. Caxambu, 2004.
- BELTRÃO, K. I., NOVELLINO, M. S. *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000*. Rio de Janeiro: Ence/IBGE, 2002 (Texto para Discussão, 1).
- BORI, C. M. *et alii. Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. Brasília: MEC/Inep, 2000, 61p.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- BOURDIEU, P., PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRANDÃO, A. A. P., TEIXEIRA, M. de P. (orgs.). *Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso: dados preliminares*. Niterói: EdUFF, 2003, 53p.
- CAVALCANTE, J. F. *Educação superior: conceitos, definições e classificações*. Brasília: MEC/Inep, 2000, 64p.
- CEDEC. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Raça e gênero no Brasil. *Lua Nova*, n. 35, p. 39-71, 1995.
- CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS. *Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil*. São Paulo, 1988.
- COSTA, T. C. N. A. O princípio classificatório 'cor', sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 36, n. 3, p. 91-106, jul./set. 1974.
- DINIZ, C. W. P., GUERRA, R. B. *Assimetrias da educação superior brasileira: vários Brasis e suas conseqüências*. Belém: Edufpa, 2000, 132p.
- DREHER, G. F., COX, T. H. Race, gender and opportunity: a study of compensation attainment and the establishment of mentoring relationships. *Journal of Applied Psychology*, v. 81, n. 3, p. 297-308, June 1996.
- DURHAM, E. R. , BORI, C. M. (orgs.). *Seminário o negro no ensino superior*. São Paulo: USP, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes), 2003, 166p. (Série Capa Azul — Seminários CA, 1/03).
- DURHAM, E. R. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo: USP/Nupes, 2003 (Documento de Trabalho, 3/03).
- FASE. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro: Botafogo, v. 27, n. 76, p. 6-81, mar./maio 1998. Acessível em: <www.fase.org.br>
- FREITAG, B. *Escola, estado & sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.
- GARCIA, J., McWHORTER, J., LOURY, G. Race & inequality: an exchange. *First Things: a Monthly Journal of Religion and Public Life*, n. 103, p. 22-40, May 2002.
- GUIMARÃES, A. S. A., PRANDI, R. I Censo Étnico-Racial da USP — Primeiros Resultados, 2001. Disponível em <<http://www.usp.br/politicaspublicas/censo.html>>
- HAHNER, J. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas.: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HAKKERT, R. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, v. 3, 1996 (Série Textos Didáticos).
- HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HASENBALG, C. A., SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: LOVELL, P. A. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991.
- HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2001 (Texto para Discussão, 807).
- HENZ, U., SUNDSTRÖM, M. Partner choice and women's paid work in Sweden — the role of earnings. *European Sociological Review*, v. 17, n. 3, p. 295-316, 2001.

- HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 57-65, 2002 (Suplemento).
- _____. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 1-43, 2001.
- IBGE. *Censo Demográfico de 1940*.
- _____. *Censo Demográfico de 1950*.
- _____. *Censo Demográfico de 1960*.
- _____. *Censo Demográfico de 1970*.
- _____. *Censo Demográfico de 1980*.
- _____. *Censo Demográfico de 1991*.
- _____. *Manual do Recenseador 1991-2000*.
- _____. *Censo Demográfico de 2000*.
- _____. *Estatísticas do Século XX*, 2003.
- IPHAN. Negro, brasileiro, negro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, p. 5-342, 1997.
- KERCKHOFF, A. C. Making life plans — race, gender and career decisions. In: HOWELL, F. M., FRESE, W. *Social Forces*, v. 62, n. 3, p. 837-839, 1984.
- KLEIN, L. *Política e políticas de ensino superior no Brasil: 1970-1990*. São Paulo: USP/Nupes, 1992 (Documento de Trabalho, 2/92).
- KLEIN, R., RIBEIRO, S. C. A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. *Educação e Seleção*, n. 5, jan./jun. 1982.
- LEE, W. K. M. Gender inequality and discrimination in Singapore. *Journal of Contemporary Asia*, v. 28, n. 4, p. 484-497, Oct. 1998.
- LEWIN, H. *Diversificação da demanda ao ensino superior: o comportamento feminino diante da carreira universitária*. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1977.
- LIMONGI, F. et alii. *Acesso à universidade de São Paulo: atributos socioeconômicos dos excluídos e dos ingressantes no vestibular*. São Paulo: USP/Nupes, 2002 (Documento de Trabalho, 3/02).
- LOVELL, P. A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991.
- MACHADO, E. A., BARCELOS, L. C. Relações raciais entre universitários no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 1-36, 2001.
- McELRATH, K. Gender, career disruption and academic rewards. *Journal of Higher Education*, v. 63, n. 3, p. 269-281, May/June 1992.
- MEC/INEP. *Quem é e o que pensa o graduando: 1996 — engenharia civil*. Brasília, 1997, 50 p.
- NORDKVELLE, Y. T. *Internationalising the school — critical perspectives on the globalisation process of the nordic school*. [s.l.]. Lillehammer College, 1999 (Working Paper, 82). Acessível em: <<http://www.hil.no/biblioteket/fulltekst/annotat82.pdf>>.

- OLIVEIRA, J. S. de. *Brasil, mostra a tua cara. Imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro, 2001, mimeo.
- _____. “Brasil mostra a tua cara”: *imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro: Ence/IBGE, 2003 (Texto para Discussão, 6).
- OPPENHEIMER, V. K., KALMIJN, M., LIM, N. Men’s career development and marriage timing during a period of rising inequality. *Demography*, v. 34, n. 3, p. 311-330, Aug. 1997.
- PARK, H., SANDERFUR, G. D. Racial/ethnic differences in voluntary and involuntary job mobility among young men. *Social Science Research*, v. 32, n. 3, p. 347-375, Sep. 2003.
- QUEIROZ, D. M. Desigualdades raciais no ensino superior: a cor da UFBA. In: *Educação, racismo e anti-racismo*, 2000 (A Cor da Bahia, Novos Toques, 4).
- RIBEIRO, S. C. O vestibular 1988: seleção ou exclusão? *Educação e Seleção*, n. 18, p. 93-109, jul./dez. 1988.
- _____. *Acesso ao ensino superior: uma visão*. São Paulo: USP/Nupes, 1989 (Documento de Trabalho, 3/03 e Cadernos Nupes, 5/89).
- RIBEIRO, S. C., KLEIN, R. A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. *Educação e Seleção*, n. 5, p. 29-43, jan./jun. 1982.
- RIBEIRO, V. M. *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*. 2ª ed. Campinas: Papirus e São Paulo: Ação Educativa, 2002, 255p.
- ROMANELLI, G. O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 76, n. 184, p. 445-476, set./dez. 1995.
- ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Ed.Vozes, 2001.
- ROSCIGNO, V. J. Family/school inequality and african-american/hispanic achievement. *Social Problems*, v. 47, n. 2, p. 266-290, May 2000.
- ROSEMBERG, F. Psicologia, profissão feminina. *Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*, São Paulo, n. 47, p. 32-37, nov. 1983.
- _____. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 151-197, 2001.
- ROSEMBERG, F. et alii. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.
- SAITO, H. (org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SAITO, H., MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis e São Paulo: Vozes/Edusp, 1973.
- SAMPAIO, H. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: USP/Nupes, 1991 (Documento de Trabalho, 8/91).
- _____. *A desigualdade no acesso ao ensino superior. Observações preliminares sobre os afro-descendentes*. São Paulo: USP/Nupes, 2002 (Documento de Trabalho, 2/02).
- SAMPAIO, H., LIMONGI, F., TORRES, H. *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. São Paulo: USP/Nupes, 2000 (Documento de Trabalho, 1/00).
- SANTOS, J. R. dos. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias Estratégicas*, n. 6, p. 110-154, mar. 1999.

- SCHWARTZMAN, S. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 55, p. 83-96, nov. 1999.
- SEYFERTH, G. *et alii. Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Petrópolis, Abong: Ação Educativa e Rio de Janeiro: Anped, 2002, 143p.
- SHORTERGOODEN, J. Young, black and female: the challenge of weaving an identity. *Journal of Adolescence*, v. 19, n. 5, p. 465-475, Oct. 1996.
- SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.
- SIMÕES, M. de F. *O interesse do auto-conceito em educação*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2001, 73p.
- SLAUGHTER, S. Class, race and gender and the construction of post — secondary curricula in the United States: social movement, professionalization and political economic theories of curricular change. *Journal of Curriculum Studies*, v. 29, n. 1, p. 1-30, Jan./Feb. 1997.
- SOARES, M. S. A. (coord.). *Educação superior no Brasil*. Brasília: MEC/Capes, Caracas: Unesco/Iesalc e Porto Alegre: UFRS/IFCH/GEU, 2002, 304p.
- STENDHAL, J. S. *O vermelho e o negro*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.
- TAM, T. Sex segregation and occupational gender inequality in the United States: devaluation or specialized training? *The American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1.652-1.692, May 1997.
- TEIXEIRA, M. de P. *Negros em ascensão social: trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1998, 331f. (Tese de Doutorado em Antropologia).
- _____. *Raça e gênero na universidade: uma análise da seletividade das carreiras*. Mimeo.
- THOMPSON, A. For: anti-racist education. *Curriculum Inquiry*, v. 27, n. 1, p. 7-44, 1997.
- TOMASKOVIC-DEVEY, D. The gender and race composition of jobs and the male/female, white/black pay gaps. *Social Forces*, v. 72, n. 1, p. 45-76, 1993.
- TRIGO, M. H. B. A mulher universitária, códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: RUSCHINI, C., SORJ, B. (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, Ed. Marco Zero, p. 89-110, 1994.
- UNIVERSIDADE. *Debate: o consenso é que é preciso uma distribuição de vagas mais igualitária no ensino*. Belo Horizonte, PUC-Minas, v. 16, n. 240, p. 8-9 (Seção Integração Social).
- WILSON, A. E., HARDY, M. A. Racial disparities in income security for a cohort of aging American women. *Social Forces*, v. 80, n. 4, p. 1.283-1.306, June 2002.
- WILSON, F. D. Ethnic niching and metropolitan labor markets. *Social Science Research*, v. 32, n. 3, p. 429-466, Sep. 2003.
- WOOD, C. H. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. In: LOVELL, P. A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, p. 93-111, 1991.

EDITORIAL

Coordenação

Silvania de Araujo Carvalho

Supervisão

Helena Rodarte Costa Valente

Revisão

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Luiz Carlos Palhares

Míriam Nunes da Fonseca

Alejandro Augusto S. V. A. Poinho (estagiário)

Editoração

Carlos Henrique Santos Vianna

Daniel Teiji Garcia Kusaka (estagiário)

Joanna Silvestre Friques de Sousa

Roberto das Chagas Campos

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10^o andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14^o andar

20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 138 exemplares



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)